

DIURNA.

a ousadia de escrever

OUT 2022

Nº 8

Ano 3

Número VIII

Da Católica no Porto à Católica em Lisboa.

Edição | Outubro 2022

D.

Direção Nacional

Nuno Brochado de Agarez

*Lúcia Catarina Ferreira
Daniela Magalhães Costa*

Equipa Editorial - Porto

Editor in Chief

Maria Luís Gaspar

Editors

*Ana Rita Magalhães
Guilherme Santos*

Equipa Editorial - Lisboa

Editor in Chief

Catarina Andrade

Editors

*Bernardo Torres Pêgo
Pedro Almeida e Brito
Maria Pia Silva*

DIURNA.

a ousadia de escrever

MENSAGEM DA REITORA

Isabel Capelo Gil

EDITORIAIS

Maria Luís Gaspar e Catarina Andrade

MOBILIDADE LISBOA-PORTO

José Lobo Moutinho

TAXAS DE JURO: O REGRESSO À NORMALIDADE

João César das Neves

PROPOSTAS DE ORÇAMENTO DO ESTADO 2023

Maria d'Oliveira Martins e Leonardo Marques dos Santos

FUNDOS EUROPEUS: O DESPERTADOR COLETIVO

Inês Serra Lopes

O ORÇAMENTO DESINFLACIONADO

Católica Policy Society

CONFLITO BÉLICO E ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS

Ana Filipa Morais Antunes

NÃO HÁ MAIS ESPAÇO PARA ILUSÕES...

Carlos Paiva Raposo

L'ÉTAT C'EST ENCORE MOI

Jorge Pereira da Silva e Joana Coelho Yee

RAINHA ISABEL II

Francisco Lopes Matias

A SOCIEDADE CIENTÍFICA DA UCP

Luísa Leal de Faria



O UNIVERSO DO DEBATE UNIVERSITÁRIO

Sociedade de debates da Católica no Porto

MESTRADO E ORDEM: É POSSÍVEL?

Manuel Ximenez

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE

Alexandra Leitão

DETEÇÃO PRECOCE DAS DOENÇAS DE ALZHEIMER E PARKINSON

Pedro Miguel Rodrigues

MEDIAÇÃO: MENTALIDADE E HABILIDADES QUE LEVAM INDIVÍDUOS AO SUCESSO

Thomas Gaultier

A PERSONALIDADE EM DESTAQUE

Manuel Cavaleiro Brandão

A TEORIA DE TUDO

Tomás Carvalho Guerra

CONVERSAS NO PORTO

Lourenço Quintão

CALA-TE E ESCRIBE

João Costa

ARTE EM DESTAQUE

Marta Pereira da Costa e João Mendes Pinto

AS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES DA CATÓLICA EM LISBOA

A VIDA NA CATÓLICA

OS PREFERIDOS

Agostinho Cardoso Guedes

O DIURNA.

Nuno Brochado de Agarez



jornaldiurna.com

D.



MENSAGEM DA REITORA

*Reportar é servir um
propósito maior de
serviço à comunidade e
à verdade.*

*Que o Diurna,
seja um exemplo de
empenhamento cívico,
e de projeção da
Universidade Católica,
da sua ambição e
contributo para o bem
comum.*

ISABEL CAPELOA GIL

Reitora da Universidade Católica
Portuguesa



D.

EDITORIAL

CATÓLICA NO PORTO

Parece descabido imaginar palavras que não duram: se têm significado, porque não haveriam de durar? Por vezes, o problema resulta da falta de sentido atribuído, da descredibilização que se lhes dá, da fraca importância que parecem ter.

Refletir sobre a justiça sempre me foi mais aliciante do que trilhar caminhos meramente técnicos: um limbo entre tudo o que existe de ponderado e de visceral em pensar a sociedade, enquanto nos pensamos, inevitavelmente, a nós próprios. Curiosamente, admito que acaba por ser tentador fazer do coletivo o bode expiatório: dificilmente nos ataca de volta e, no limite, estamos sempre um bocadinho certos; no fundo, permite a posição confortável de treinar uma equipa que não responde. Ainda assim, com o distanciamento certo e com o olhar amplo, creio ser verdadeiramente fascinante refletir nestes termos em conjunto – um exercício insólito, mas proveitoso.

Quando falamos de um projeto já tão sonante como o Diurna., reconheço o ceticismo e o olhar hesitante que rodeiam qualquer passar de pasta, mas não deixo de acreditar que produtos finais robustos e ousados são a fórmula que os quebra. Certo é que não me restam dúvidas relativamente ao sucesso e importância que esta transição representa “da Católica do Porto à Católica em Lisboa” – uma equipa editorial diversa, mas coesa traduziu-se numa edição reflexo disso mesmo.

No que me diz respeito, e sendo certo que não tenho uma banda, que não sou desportista e que as aguarelas que já pinteï não fizeram de mim artista nenhuma, restam-me as palavras, enquanto duram, pelo que vos desejo boas leituras.

Maria Luís Gaspar
Editor-in-Chief do Porto



D.

EDITORIAL

CATÓLICA EM LISBOA

Nos últimos dois meses, embalada pelo entusiasmo de uma equipa incansável, pude dedicar-me a esta edição dia sim dia sim.

O editorial da primeira edição nacional não poderia deixar de começar pela razão de ser desta expansão do Diurna. do Porto para Lisboa: a ambição de que seja uma ponte fundamental na união dos dois pólos da Universidade Católica.

Somos uma só Universidade. Por esse motivo, temos uma única edição. Por esse motivo, criámos dois alinhamentos que encaixaram na perfeição. Por esse motivo, os textos das duas equipas editoriais encontram-se interpolados entre si.

Somos dois campus diferentes. Por essa razão, queremos conhecer quem ensina e quem aprende no outro pólo. Por essa razão, queremos ouvir o outro lado da história e discutir sobre o amanhã. Por essa razão, queremos deixar uma marca numa sociedade que ambiciona sempre mais. Vamos conversar.

Entre pandemias, alterações climáticas, guerras e fenómenos de inflação, há quem diga que a história do século passado teima em repetir-se. Ao mesmo tempo, as novidades crescem exponencialmente, fazem-se perguntas para ontem e pensar é urgente.

Nesta edição, informamo-nos sobre o aumento das taxas de juro, a proposta do Orçamento do Estado e os contornos dos fundos europeus. Olhamos para a guerra numa análise política - quanto a uma possível escapatória - e jurídica - como fundamento para a modificação ou resolução de um contrato. Refletimos sobre o populismo e a crise das democracias ocidentais e lembramos a Rainha Isabel II. Atentamos à riqueza da mobilidade entre Escolas e apresentamos as nossas Associações de Estudantes.

Diz um provérbio em latim que "as palavras ditas voam, as escritas permanecem". Nesta edição, escrevemos a ordem do dia e temos a honra de contar com nomes sonantes da sociedade e da nossa Universidade para isso.

Nesta 8.^a edição, fazemos com que Lisboa chegue ao Porto e com que o Porto chegue a Lisboa.

Em nome da equipa de Lisboa, uma boa leitura a todos.

Catarina Andrade

Editor-in-Chief de Lisboa



D.

MOBILIDADE

LISBOA - PORTO



As Cidades são diferentes
Diferentes são o ambiente e o clima,
Os hábitos, os ritmos, os ritos e as ocasiões
Diferentes as Escolas,
Diferentes os currícula e os programas.
Diferentes, os Professores, os Estudantes, os Funcionários
Mas é a mesma, a Faculdade
A mesma, a excelência científica e académica
A mesma, a qualidade e empenho dos Professores
O mesmo, o espírito de proximidade
A mesma, a camaradagem dos Estudantes
A mesma, a dedicação dos Funcionários
A mesma, a pertença de todos
O mesmo, o Espírito que nos move.
Dois pulmões
De uma Faculdade nacional, de grande expressão e pujança, de grande riqueza e diversidade.
Eis o que torna única a experiência da mobilidade de Estudantes e de Professores. Que podem, em todos os sentidos, ir para fora cá dentro.
E é por isso que ela é uma aposta crucial da Faculdade.

José Lobo Moutinho

DIRETOR NACIONAL DA FACULDADE DE DIREITO





D.

Taxas de Juro

O REGRESSO À NORMALIDADE

por João César das Neves

O mundo vive um período muito estranho: uma pandemia criou a maior crise mundial dos últimos 75 anos, logo seguida de uma guerra na Europa, motivando um enorme choque nos preços globais da energia e alimentação. Mas, ao menos num indicador, estas aberrantes perturbações tiveram o condão de normalizar a situação: finalmente as taxas de juro deixaram os níveis doentios dos últimos 15 anos, regressando a valores normais.

Para compreender isto temos de recuar década e meia, pois as débeis taxas resultaram da crise financeira global de 2008. Para lidar com a súbita e vasta quebra de confiança nas instituições creditícias, após mais de uma década de euforia, os bancos centrais fizeram então o que deviam: injectaram dinheiro na economia e baixaram os custos do dinheiro, para aguentar o sistema financeiro. Sem isso seria a derrocada, não apenas na banca, mas também na economia real que dela depende. Até aqui tudo normal. Só que estas medidas de emergência, que deviam ter sido pontuais, foram-se arrastando até se transformarem num novo normal. Aquilo se apresentava como um recurso de alguns meses perpetuou-se, e o mundo passou mais de uma década, de 2008 a 2020, com taxas de juro anormalmente baixas, danificando fortemente os canais financeiros.

(...) finalmente as taxas de juro deixaram os níveis doentios dos últimos 15 anos, regressando a valores normais.

D.

A razão disto foi simplesmente a ausência de reformas estruturais que realmente resolvessem a crise financeira. As referidas medidas monetárias são um indispensável analgésico, mas impunham-se políticas de saneamento financeiro que eliminassem as causas profundas da situação. Só que, aliviados pelo crédito barato, os governos foram adiando ou amortecendo as difíceis decisões, prolongando desequilíbrios e impedindo a reversão das medidas monetárias. Até que os dois choques gigantescos dos últimos três anos obrigaram à inversão da anómala circunstância.

As referidas medidas monetárias são um indispensável analgésico, mas impunham-se políticas de saneamento financeiro que eliminassem as causas profundas da situação.

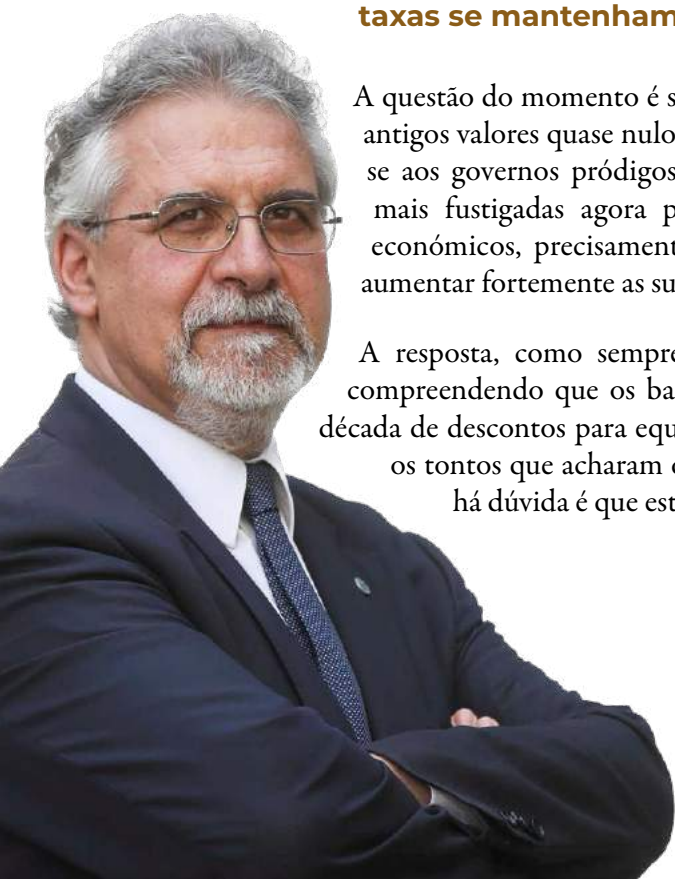
As fortes subidas de preços dos primeiros meses de 2022 não são propriamente inflação; resultam antes dos choques produtivos gerados pela pandemia e guerra. Mas elas eliminaram de vez a complacência dos bancos centrais. A missão destes é o controle da moeda; só quando a moeda permanece estável, como estranhamente aconteceu durante a insólita década passada, é que as autoridades monetárias se podem dar ao luxo de atender a outras finalidades, como seja facilitar a vida aos governos sobre-endividados. Agora todas essas considerações têm de ficar silenciosas perante o descontrolo do dinheiro.

As recentes subidas de taxa de juro não as conduziram a níveis exagerados, regressando a patamares habituais, mas que contrastam com os valores minúsculos da década passada. E, dada a dimensão da aceleração de preços, é provável que as taxas se mantenham altas no futuro previsível.

(...) dada a dimensão da aceleração de preços, é provável que as taxas se mantenham altas no futuro previsível.

A questão do momento é se os grandes devedores, cuja vulnerabilidade justificou os antigos valores quase nulos, se aguentam num mundo de taxas normais. Isso aplica-se aos governos pródigos, mas também às famílias e empresas penhoradas, para mais fustigadas agora pela dureza da inflação. Até porque todos os agentes económicos, precisamente devido à pandemia e a guerra, se viram obrigados a aumentar fortemente as suas dívidas para conseguir suportar as dificuldades.

A resposta, como sempre, é que depende da situação particular. Aqueles que, compreendendo que os baixos custos do crédito eram passageiros, aproveitaram a década de descontos para equilibrar a sua situação, vão aguentar-se muito melhor que os tontos que acharam que a borla se iria prolongar indefinidamente. O que não há dúvida é que estamos a entrar numa fase de maiores dificuldades.



João César das Neves

PROFESSOR CATEDRÁTICO NA CATÓLICA LISBON
SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

D.

A BOA DOUTRINA
CON/DIVERGE

PROPOSTAS OE 2023

A PERSPETIVA:

DAS FINANÇAS PÚBLICAS

DO DIREITO FISCAL

POR:

Maria d'Oliveira Martins

Professora Auxiliar na Católica em Lisboa

Leonardo Marques dos Santos

Professor Convidado na Católica em Lisboa



D.



A proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2023 apresenta-se com alguns problemas. Enuncio três que me parecem relevantes.

O primeiro problema prende-se com o facto de esta proposta consubstanciar mais um adiamento da reforma da Lei de Enquadramento Orçamental. Atraso que assim somará 8 anos.

O segundo problema liga-se com o enorme poder orçamental que o Governo se reserva nesta proposta de lei, o qual deveria ser objeto de questionamento sobretudo em tempos de maioria absoluta. Por um lado, porque o Governo mantém (e agrava) o regime das cativações. Por meio destas o Governo reserva-se o direito de não gastar algumas verbas orçamentadas, chamando a si um poder decisório que é constitucionalmente reservado à Assembleia da República. Por outro lado, porque assegura para si um enorme poder no que toca a alterações orçamentais – muito para além daquilo que a Constituição e a lei preveem. Poder este que se torna visível numa especificação orçamental deficiente, assente em mapas – os desenvolvimentos orçamentais – que não são publicados em Diário da República.

(...) o Governo reserva-se o direito de não gastar algumas verbas orçamentadas, chamando a si um poder decisório que é constitucionalmente reservado à Assembleia da República.

S em prejuízo das diversas apresentações que, anualmente, vão sendo feitas das propostas de Orçamento do Estado (“OE”), nem sempre é fácil descortinar se a fiscalidade é, ou não, amiga das famílias. Ora, no que respeita ao IRS, o OE para 2023 apresenta-se como positivo, no sentido em que alguns contribuintes ficarão melhor com a sua aprovação do que ficariam se o OE não fosse aprovado. Contudo, respondendo de antemão à questão colocada através do título deste artigo, uma grande parte das famílias pode esperar pouco do OE para 2023.

(...) nem sempre é fácil descortinar se a fiscalidade é, ou não, amiga das famílias.

Vejamos, então, como articular duas posições aparentemente antitéticas sobre o OE para 2023, *i.e.*, que este será positivo para os contribuintes, mas, simultaneamente, que grande parte das famílias pouco pode esperar das alterações fiscais propostas.

Tipicamente e, arrisco-me até a dizer, compreensivelmente, os alívios fiscais aprovados pelos OE respeitam a situações específicas, limitadas e cirurgicamente identificadas. Assim, a nossa leitura do OE é, frequentemente, enviesada pelas nossas circunstâncias pessoais, em busca das medidas de desagravamento que nos sejam diretamente aplicáveis. Neste contexto, olhando ao OE para 2023, encontramos uma atualização generalizada/redução da

D.

O terceiro problema – e o mais importante – é social. Este Orçamento fica muito aquém daquilo que são os deveres públicos de promoção de uma vida decente para todos, deixando os mais pobres dos pobres para trás.

Este Orçamento fica muito aquém daquilo que são os deveres públicos de promoção de uma vida decente para todos (...).

É certo que promove o aumento do Indexante de Apoios Sociais e promove a reforma do mínimo de existência em termos de IRS, mas falha numa revisão substancial do rendimento social de inserção, num período de inflação e crise económica que deixa os mais pobres ainda mais desprotegidos.

Para além disso, aposta em políticas de desagramento fiscal não imediatas, já que as principais alterações tributárias que promove são ao nível do IRS, fazendo-se apenas sentir em 2024. Sem se comprometer com o abaixamento imediato do IVA em certos produtos alimentares, o Governo coloca em situação particularmente vulnerável as famílias de baixos rendimentos, num verdadeiro atentado aos seus direitos. Para algumas famílias, isto tornará o mês ainda mais longo em relação ao rendimento que têm disponível para satisfazer as suas necessidades básicas.

taxa progressiva do IRS em 5,1% e uma redução da taxa marginal do 2.º escalão, de 23% para 21%; um aumento do mínimo de existência e uma alteração da sua fórmula de cálculo; um aumento da isenção para jovens empregados com níveis mínimos de escolaridade; um aumento das deduções à coleta para dependentes; reduções na retenção na fonte; e medidas que permitem a exclusão de tributação de alguns rendimentos obtidos com a venda da energia produzida para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável. Por outro lado, o OE prevê ainda o enquadramento de alguns rendimentos de criptoativos como atividade comercial ou como mais-valia, podendo aplicar-se, neste último caso, uma taxa especial de 28%, sem prejuízo da isenção para operações relativas a criptoativos detidos há mais de 365 dias.

(...) a nossa leitura do OE é, frequentemente, enviesada pelas nossas circunstâncias pessoais, em busca das medidas de desagramento que nos sejam diretamente aplicáveis.

Contudo, importa não esperar da fiscalidade aquilo que ela não pode dar. Sem prejuízo de ser possível utilizar o sistema fiscal como forma de melhorar as condições de vida dos contribuintes, correndo o risco de dizer uma verdade de La Palice, apenas se podem aplicar desagramentos fiscais a quem pague efetivamente imposto.



D.

O comprometimento dos governos com os mais pobres dos pobres deveria ser o barómetro do comprometimento para com os seus cidadãos. Não se trata de um favor ou esmola o reconhecimento e a resolução dos direitos dos mais pobres. Trata-se do reconhecimento de um direito com respaldo constitucional, diretamente extraível da dignidade da pessoa humana, como o Tribunal Constitucional já reconheceu. Este dever corresponde ao conteúdo mínimo dos direitos fundamentais previstos na Constituição e devia ser encarado como uma contrapartida de sermos chamados a pagar impostos.

O comprometimento dos governos com os mais pobres dos pobres deveria ser o barómetro do comprometimento para com os seus cidadãos.

O Governo muito tem apregoado a preocupação com as contas certas. Isso é importante, claro. Mas nada justifica que isso se faça à custa do rigor orçamental, do respeito pela Constituição e sobretudo dos deveres que sobre o Estado impedem em termos de despesa pública justa.

Assim, fazendo uma análise fria do OE, importa reiterar, a propósito do IRS, que estamos a falar de um imposto que apenas gera tributação efetiva para pouco mais de metade dos contribuintes. Dito de outra forma, para saber o que podem as famílias esperar das alterações fiscais introduzidas pelo OE 2023, a resposta será, relativamente a cerca de metade, as alterações ao IRS não terão impacto. E, neste sentido, uma grande parte das famílias pode esperar pouco do OE.

(...) neste sentido, uma grande parte das famílias pode esperar pouco do OE.

Relativamente à outra metade, aquela que efetivamente paga imposto, alguns contribuintes podem retirar alguns benefícios do OE e no que respeita aos outros, talvez à maioria, a existência de um alívio efetivo dependerá da taxa de inflação suprimir, ou não, os efeitos da redução da taxa de IRS.





D.

Fundos europeus: O despertador coletivo

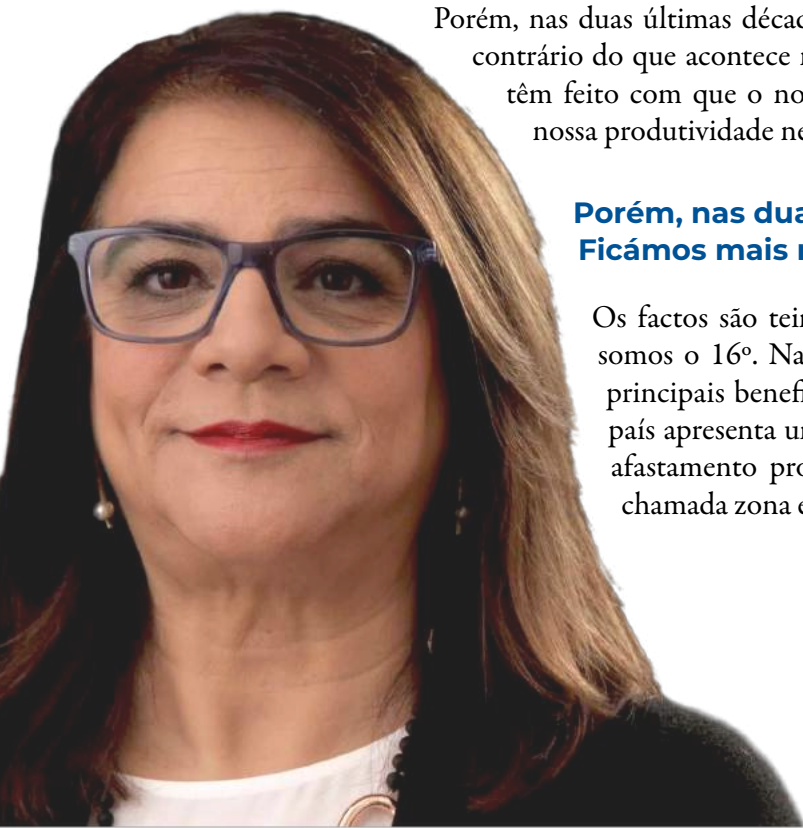
POR INÊS SERRA LOPES

Portugal tem sido dos maiores beneficiários dos vários fundos para o desenvolvimento dos Estados da União Europeia (UE). Os fundos que recebemos entre 2014 e 2020 (€ 585 mil milhões), por exemplo, representaram cerca de 5% das receitas do Estado e 70% do défice acumulado (€ 42 mil milhões) referentes aos mesmos sete anos. Somos o sexto Estado-membro mais beneficiado da Europa.

Porém, nas duas últimas décadas crescemos? Ficámos mais ricos? Nada. Ao contrário do que acontece noutros países da UE, esses investimentos não têm feito com que o nosso país se desenvolva, não têm aumentado a nossa produtividade nem a nossa riqueza face aos restantes 26.

**Porém, nas duas últimas décadas crescemos?
Ficámos mais ricos? Nada.**

Os factos são teimosos. Dos 19 países da chamada zona euro, somos o 16º. Nas últimas décadas, apesar de Portugal ser dos principais beneficiários líquidos dos fundos europeus, o nosso país apresenta uma diminuição do rendimento *per capita* e um afastamento progressivo da média do conjunto de países da chamada zona euro.



D.

Será isto uma fatalidade?

Portugal tem neste momento um número considerável de instrumentos para o acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos dinheiros europeus.

Temos o Portal da Transparência; a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.; uma subcomissão parlamentar dedicada exclusivamente ao acompanhamento da execução dos fundos da Europa, recentemente criada pelos deputados na Assembleia da República; um think-tank constituído entre membros da Procuradoria-Geral da República, do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças, entre outros, para identificar as áreas de risco de comportamentos fraudulentos e estudar a prevenção da fraude na gestão e controle dos fundos europeus. Estas são apenas algumas das várias entidades exclusivamente dedicadas a uma coisa que devia ser simples: conseguir que os fundos europeus sejam utilizados para os fins a que se destinam.

Estas são apenas algumas das várias entidades exclusivamente dedicadas a uma coisa que devia ser simples: conseguir que os fundos europeus sejam utilizados para os fins a que se destinam.

A Polícia Judiciária, que abriu 443 inquéritos criminais, estima que na década passada tenham sido desviados em Portugal mais de 2,3 mil milhões de euros de fundos europeus.

Há quase dois anos foi constituída em Lisboa a MaisQTransparente (<https://maisqtransparente.pt/>), associação sem fins lucrativos que integra antigos alunos da Universidade Católica Portuguesa e várias pessoas preocupadas com a execução do quadro plurianual PT2020 e receosas de que o PT2030 fosse o desperdício da derradeira oportunidade para Portugal.

Vejamos os resultados preliminares do trabalho desenvolvido pela MaisQTransparente. Como será oportunamente divulgado, após o necessário fact-checking, existem fundos que são atribuídos a empresas que ainda não foram constituídas na data da atribuição(?). Isso mesmo: as sociedades só são constituídas depois da data da alocação dos fundos(!). Ou a empresas recém-nascidas, ou seja, com menos de um ano de vida. Outros fundos são concedidos a empresas que cessam atividade logo após a atribuição dos fundos (!). Estas são apenas algumas das estranhezas em que os voluntários da MaisQTransparente tropeçaram ao verificarem a atribuição de fundos e os respetivos beneficiários. Escrevi “estranhezas” porque, até agora, não podemos chamar-lhes mais do que isso. Até agora.

O problema maior, porém, não é tanto a existência destas empresas. O problema é não se ver, não se sentir, pior, poder não existir uma determinação clara de por onde deve o país ir para crescer e para criar riqueza.

D.

O problema é (...) poder não existir uma determinação clara de por onde deve o país ir para crescer e para criar riqueza.

Afinal, somos apenas 10,3 milhões de pessoas a viver em 92 mil km². Será assim tão difícil gerir um país com fronteiras estáveis, baixa criminalidade, sem acidentes naturais, sem questões religiosas, com paz e com sol durante quase todo o ano?

Se a população não se demitir, a classe política não poderá demitir-se. Se a população souber exigir, a classe política será forçada a prestar contas. E passará ela própria a ter de exigir.

Para já, é preciso que as pessoas despertem. E percebam que são elas que perdem sempre que uma oportunidade é perdida, sempre que o país é roubado. Os fundos europeus podem ser o nosso despertador coletivo. Espero que toque bem alto.

Inês Serra Lopes

JORNALISTA E ALUMNA DE DIREITO DA
CATÓLICA EM LISBOA



D.



O Orçamento desinflationado

O governo português já entregou a proposta do orçamento de estado para 2023 na Assembleia da República. Este orçamento é o principal instrumento de execução da política económica e fiscal do governo no próximo ano, e é a base da resposta à crise económica do país, cujas projeções têm evidenciado um cenário macroeconómico que não é visualmente agradável. A inflação é histórica e tem absorvido gradualmente o poder de compra das famílias, ao mesmo tempo que os juros sobem, de um modo geral, como de resto se tem verificado nas prestações do crédito à habitação e nos empréstimos às empresas. Os custos da energia continuam a aumentar, e as empresas vêm acentuando a sua dificuldade de se capitalizar e subir os salários, num país que cresce menos, e que tem níveis elevados de emprego. Tudo isto, enquanto o país vive à margem do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, e se antevê uma nova recessão económica.

A inflação é histórica e tem absorvido gradualmente o poder de compra das famílias (...).

As circunstâncias do ciclo económico atual exigem, por isso, que este orçamento já não seja apenas um orçamento de consolidação ou de metas e de objetivos para o défice e para a dívida. Na verdade, o orçamento de Estado para 2023 deve ser a chave que abre caminho para o exercício de uma política orçamental direcionada para as famílias e para as empresas, que tem de responder necessariamente à crise energética e à escalada ofensiva dos preços, de modo a atenuar significativamente os duros efeitos da inflação.

Para isso, o orçamento traz algumas mexidas. Para ajudar agentes económicos a lidar com o aumento dos preços, está previsto um apoio total de 4,5 mil milhões de euros. Na fiscalidade, os escalões do IRS vão ser atualizados, e há benefícios para as empresas que aumentarem salários e para as famílias que têm crédito à habitação. Quem tem cripto moedas vai pagar mais IRS, e os lucros extraordinários nos setores da energia vão pagar mais impostos. O governo vai limitar o aumento das rendas, e congelar os preços dos transportes públicos. O salário mínimo aumenta para 760 euros, e na função pública há aumentos médios de 3,9%. Nas palavras do ministro das finanças, esta proposta orçamental traz estabilidade e “contas certas”, mas o consenso sobre a viabilidade e a capacidade das propostas destas propostas, aparentemente não existe, já que todos os partidos acusaram o governo de ser pouco ambicioso, e excessivamente comodista, tal como os especialistas, que não estão convencidos e apresentam preocupações relativas à capacidade destas propostas de mitigar os efeitos da inflação durante o próximo ano.

D.

Mas estas críticas ao orçamento do estado, quer no domínio da sua discussão pública ou discussão política, não são desprovidas de sentido crítico, nem de um escrutínio e análise rigorosos. Pelo contrário, elas evidenciam uma preocupação eminente sobre como responder as adversidades da crise que o país vive, e sobretudo, de como responder à inflação. Atualizar escalões não é sinónimo de pagar menos impostos, taxar lucros extraordinários não significa aumentar os lucros efetivos, e aumentar salários na função pública não devolve o poder de compra aos funcionários públicos se estes não acompanharem o crescimento dos preços. E em relação aos preços, pouco se pode fazer para alterar o equilíbrio na oferta, sobretudo na energia, que constitui um setor em crise profunda, refém de um aumento inevitável dos preços devido à guerra. É ainda importante reparar, por exemplo, que está prevista uma queda de 5,2% no crescimento económico, e que a estratégia orçamental assenta num aumento do investimento público, que será o principal motor do crescimento no próximo ano. Os níveis do consumo privado continuam em baixo, e o investimento tem uma menor taxa de crescimento. Concorde-se ou não, as famílias e as empresas não vão recuperar o seu poder de compra como deviam, e isso é alarmante quando se prevê uma taxa de inflação de 4%. O crescimento dos salários vai ficar abaixo deste valor de inflação, não há descidas efetivas de impostos, e a receita fiscal do Estado vai aumentar novamente em 2023, mantendo a carga fiscal elevada. Não creio que impostos elevados sejam compatíveis com reposições do poder de compra, muito menos em períodos de inflação histórica com baixos salários. E a maioria dos economistas também não.

Atualizar escalões não é sinónimo de pagar menos impostos, taxar lucros extraordinários não significa aumentar os lucros efetivos (...).

Talvez toda a discórdia que gira em torno desta proposta de orçamento, se explique precisamente pela gravidade da circunstância que vivemos, e pela crença barata de que estas propostas do governo são realmente suficientes para resolver os problemas. Um orçamento que tem de ter em conta a resposta urgente ao flagelo da inflação, está na verdade demasiado desinflationado. Mais do que devia, mais do que era suposto estar. Esperemos todos que o próximo ano seja ambigualmente melhor, e que de uma vez por todas seja possível respirar uma estabilização dos preços. Estamos todos cansados e fartos de inflação. Menos o governo, aparentemente.

António Pato

CATÓLICA POLICY SOCIETY





D.

CONFLITO BÉLICO E ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS

Em especial, da possibilidade de modificação ou de resolução de um contrato com fundamento numa alteração das circunstâncias motivada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia

POR ANA FILIPA MORAIS ANTUNES

O conflito bélico que opõe a Rússia à Ucrânia é um evento apto, em abstracto, para fundamentar a aplicação do regime da alteração das circunstâncias (cfr. artigos 437.º a 439.º do Código Civil – “C.C.”): a guerra e os condicionamentos verificados, designadamente, no acesso a bens e no transporte de mercadorias são fenómenos extraordinários, extrínsecos, imprevisíveis, inevitáveis e prejudiciais e que, em princípio, não estão compreendidos na esfera dos “riscos próprios do contrato”.

D.

Este diagnóstico não permite, contudo, reconhecer à “parte lesada”, em qualquer caso, a alternativa entre a modificação equitativa do contrato ou a sua resolução, nos termos previstos no artigo 437.º, n.º 1 do C.C.: *por um lado*, o exercício daqueles direitos apenas pode ter lugar no contexto de contratos duradouros e em fase de execução, *por outro lado*, a aplicação do regime tem de ser precedida da prova exigente dos requisitos de relevância jurídica (de verificação cumulativa), enunciados nos artigos 437.º e 438.º. Com efeito, a estabilidade dos contratos (uma das directrizes gerais cristalizadas no artigo 406.º, n.º 1 do C.C.) só deve ceder em situações excepcionais, para o que se impõe considerar a concreta relação contratual e demonstrar uma razão material atendível para o Tribunal ingerir no contrato concluído, como seja, uma assimetria relevante das prestações não autorizada pelo princípio da boa fé, e sem correspondência com a equação económica originária.

(...) a estabilidade dos contratos (...), só deve ceder em situações excepcionais, para o que se impõe considerar a concreta relação contratual (...).

O problema pode ser ilustrado com a seguinte hipótese:

As sociedades “A” e “B” celebraram, em Maio de 2021, um contrato de fornecimento de vigas em ferro, a executar até finais de 2023, actuando “A” na qualidade de fornecedor. Em 7 de Junho de 2022, a sociedade “A”, depois de cinco meses sem assegurar o fornecimento dos materiais contratados, comunicou à sociedade “B” que o conflito bélico que opõe a Rússia à Ucrânia a impossibilitou de utilizar a rota a que recorria para assegurar o transporte dos materiais, pelo que teve de eleger outra via, com custos acrescidos. Alega, por isso, prejuízos relevantes, assim como um justo impedimento para a não entrega dos materiais nos prazos contratados, o que afasta a possibilidade de se aplicarem penalidades contratuais.

Nesta situação, existe fundamento para aplicar o regime jurídico da alteração das circunstâncias? Vejamos.

Em termos preliminares, justifica-se recordar as seguintes coordenadas:

Primeiro, a “parte lesada”, para efeitos do artigo 437.º, n.º 1 do C.C., isto é, o contraente adstrito ao dever de prestar, tem o ónus de alegar e provar os factos constitutivos do direito que pretende exercer (como preceituado no artigo 342.º, n.º 1 do C.C.): tem, assim, de demonstrar o nexo adequado entre o evento superveniente, extraordinário, com carácter impediante e prejudicial, e a insusceptibilidade de realizar a prestação devida, nos termos contratualizados. Por conseguinte, qualquer interferência na execução do contrato não pode sustentar-se na invocação vaga e genérica de um evento superveniente, mesmo que extraordinário.

D.

Segundo, a “parte lesada”, perante um evento superveniente e extraordinário, deve comunicar à contraparte, com a brevidade possível: (i) o evento que entende ter a aptidão para ingerir na execução pontual e integral do contrato; (ii) o impacto do evento no cumprimento pontual e integral do contrato; (iii) as medidas que se propõe adoptar para mitigar a interferência prejudicial no contrato; (iv) a estimativa quanto à duração do evento.

Terceiro, a aplicação do regime não é reconhecida à “parte lesada” que “*estava em mora no momento em que a alteração das circunstâncias se verificou*” (cfr. artigo 438.º do C.C.).

Quarto, o regime deve ser aplicado em casos de desequilíbrio substancial do contrato e de inexecutabilidade da sua manutenção em termos não alterados; como tal, as hipóteses de mera onerosidade superveniente da prestação não são, sem mais, abrangidas.

Ora, na situação em análise:

- O conflito bélico, que se alega como facto impeditivo da execução normal do contrato, teve início há mais de 100 dias (remonta a 23 de Fevereiro de 2022);
- A comunicação tem um conteúdo vago, não sendo acompanhada de elementos detalhados que permitam ajuizar o impacto concreto do impedimento alegado na execução do contrato;
- O agravamento dos custos pressupostos pela realização da prestação da sociedade “A” (considerando a necessidade de utilizar outra rota de transporte) não permite, sem mais, afirmar uma causa justificativa para não cumprir;
- No momento da comunicação expedida, a sociedade “A” não entregava os materiais contratados há 5 meses.

Pelo exposto, a susceptibilidade de aplicação do regime da alteração das circunstâncias a um contrato em execução tem de ser esclarecida em concreto, à luz da situação individual, recusando-se uma resolução abstracta e padronizada.

O conflito bélico que opõe a Rússia à Ucrânia não tem, por si só, a aptidão para legitimar o exercício dos direitos de resolução ou de modificação do contrato pela “parte lesada”: o sucesso da pretensão vai depender da intensidade do evento superveniente, da prova do nexo entre a causa impeditiva e a concreta perturbação na execução contratual, e do comportamento assumido pelo contraente que alega prejuízos relevantes. Em todo o caso, subsistindo uma dúvida relevante e não sendo demonstrada uma desproporção relevante entre a prestação realizada e a que subsiste por realizar, a aplicação do regime legal parece dever ser rejeitada.

D.

Não há mais espaço para ilusões...

POR CARLOS PAIVA RAPOSO

A queda do muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1992, trouxeram para o mundo ocidental uma ambição desmedida de que os valores ocidentais, que são a base do mundo livre - a democracia, o Estado de Direito, o poder limitado, etc. – seriam, nas décadas seguintes, alargados para todos os países que ao longo da Guerra Fria faziam parte do bloco soviético. Com o fim da Guerra Fria, havia razões suficientes para um otimismo generalizado. Afinal de contas, o liberalismo ocidental tinha vencido o combate ideológico contra o comunismo totalitário, não por o ter derrotado num conflito real, mas pela própria dissolução da União Soviética, vítima das suas próprias limitações e contradições internas.

Com o fim da Guerra Fria, havia razões suficientes para um otimismo generalizado. Afinal de contas, o liberalismo ocidental tinha vencido o combate ideológico contra o comunismo totalitário.

Verificou-se uma grande “vaga de democratização” (para Samuel Huntington, a ‘Terceira vaga’) que se iniciou com Portugal em 1974

e que, mais tarde, se alargou a mais de 60 países espalhados pela Europa, América Latina, Ásia e África. Esta vaga, que até podemos ver como uma “vaga de ocidentalização”, alargou-se para o lado leste do muro de Berlim espalhando-se por muitos dos antigos Estados do Pacto de Varsóvia e, inclusive, algumas das antigas repúblicas soviéticas. Assim, como é possível que, após três décadas, tenhamos chegado ao que o Presidente Biden descreve ser o mais próximo que estamos do apocalipse desde a crise dos mísseis cubanos?

(...) como é possível que, após três décadas, tenhamos chegado ao que o Presidente Biden descreve ser o mais próximo que estamos do apocalipse desde a crise dos mísseis cubanos?

Depois de meio século em que a ordem mundial esteve bipolarizada, chegámos ao que muitos mestres das relações internacionais apelidaram de “*O momento unipolar*” em que os Estados Unidos e os seus aliados deixaram de ter potências que os conseguissem desafiar na política internacional. A expectativa no Ocidente era que a nova Federação Russa quisesse subscrever aos

D.

nossos valores e ideais democráticos. Tínhamos a esperança e o sonho de ver uma Rússia com uma democracia liberal, virtualmente pela primeira vez. Os primeiros anos de Putin alimentaram essa esperança, mas rapidamente os nossos sonhos caíram com um estrondo.

Os primeiros anos de Putin alimentaram essa esperança, mas rapidamente os nossos sonhos caíram com um estrondo.

Em 2007, no discurso de Munique, ao qual os líderes políticos do Ocidente deveriam ter prestado mais atenção, Putin criticava, sem filtros, a hegemonia liberal no momento unipolar, defendendo uma ordem mundial multipolar e argumentando que o crescente poder energético russo iria traduzir-se numa influência na geopolítica internacional, capaz de desafiar a ordem liberal. No ano seguinte, a Rússia invadiria a Geórgia e, 6 anos depois, com a anexação da Crimeia e a ocupação de territórios no Donbass, começaria o conflito com a Ucrânia, que hoje nos pode colocar no caminho para um conflito mundial, com potencial nuclear.

(...) Putin criticava, sem filtros, a hegemonia liberal no momento unipolar (...) argumentando que o crescente poder energético russo iria traduzir-se numa influência na geopolítica internacional.

É preciso reconhecer que durante muito tempo o ocidente tapou os olhos à ameaça que a Rússia de Putin nos representava. A Federação Russa desde há muito que nos é hostil. Prova disso é que só na última década assistimos à interferência russa em eleições ocidentais, a esforços cibernéticos para destabilizar as nossas sociedades e, até, a envenenamentos de inimigos políticos do Kremlin nos nossos territórios. Putin sempre procurou e explorou a desunião ocidental, tanto que até patrocinou e apoiou financeiramente projetos e partidos políticos em países ocidentais que rejeitavam o liberalismo internacional e a globalização. Muitos desses partidos, hoje, transmitem propaganda russa nos nossos parlamentos e opõem-se a quaisquer sanções à Rússia ou qualquer pacote de apoio à Ucrânia.



D.

As recentes reconquistas militares ucranianas estão à vista de todos. Para desilusão dos russos, o Ocidente tem-se mostrado unido e intransigente na sua defesa pela Ucrânia. Mas não nos podemos iludir, aproxima-se um inverno difícil. O custo de vida parece não querer parar de aumentar e a dependência energética europeia para com a Rússia não é possível ser largada de um dia para o outro. Requer-se coragem tanto dos líderes políticos ocidentais como das suas oposições internas, para que não deixemos cair o povo ucraniano. O trabalho para largar a dependência energética a nível europeu tem sido feito e, se o conflito estiver para durar, cada vez menos será uma arma geopolítica à disposição de Putin.

Mas não nos podemos iludir, aproxima-se um inverno difícil.

Muitos académicos e intelectuais apelam e apelarão à necessidade de dar à Rússia uma escapatória do conflito que possa ser apresentada como uma vitória militar de Putin aos olhos do seu povo. No entanto, há que ter consciência de que tal prática começou a ser generalizada na resolução de conflitos após o Concerto de Viena, com a lógica de não humilhar potências que, após derrotas militares, perderiam territórios, recursos e população, e cujo descontentamento e frustração poderia fazer com que

houvesse mais conflitos no futuro, como acabou por acontecer com a Alemanha após a primeira guerra mundial (o primeiro grande conflito em que a lógica de “não humilhação” foi abandonada).

Na minha opinião, as condições para uma ‘escapatória’ não se aplicam ao atual conflito, pois nenhuma parte do território russo internacionalmente reconhecido por todos, está, ou alguma vez esteve, em risco; nem tão pouco, estão quaisquer recursos da Rússia. A única escapatória possível é fazerem regressar as suas tropas e deixarem os ucranianos escolherem livremente o seu destino. A Federação Russa não tem nada a perder ao desistir desta guerra desumana a não ser uma vergonha internacional, mas essa, com o desenrolar dos acontecimentos ao longo dos últimos meses, já está mais que assegurada.

(...) as condições para uma ‘escapatória’ não se aplicam ao atual conflito, pois nenhuma parte do território russo internacionalmente reconhecido por todos, está, ou alguma vez esteve, em risco (...).

Carlos Paiva Raposo

ALUNO DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA
CATÓLICA EM LISBOA



D.

CO-AUTORIA
PROFESSOR-ALUNO

L'État c'est encore moi

Por:

Jorge Pereira da Silva
Professor Auxiliar na Católica em Lisboa

&

Joana Coelho Yee
Aluna de Direito na Católica em Lisboa



D.

Nota introdutória: Os autores escreveram em método socrático, em homenagem a Sócrates e Platão.

JCY: Quem é o Estado?

JPS: É curioso que coloque a questão nesses termos. De facto, temos tendência para personificar o Estado, atribuindo-lhe qualidades e defeitos humanos. É forte ou fraco, generoso ou sovina, de confiança ou pouco sério, solícito ou indolente. Por exemplo, estamos permanentemente a ouvir apelos a que o Estado seja uma “pessoa de bem”.

Em tempos de crise, são mais os defeitos que se lhe apontam do que as virtudes. E, ainda assim, estamos sempre a reclamar a sua presença, a sua intervenção, a sua ajuda. Não é por acaso que o denominado Estado providência teve tanto sucesso histórico – ao mesmo tempo que também se afirma que o Estado não pode ser uma seguradora universal.

A verdade é que, pelo menos em Portugal e na generalidade da Europa ocidental o Estado protegeu-nos do Covid-19, colocou-nos em isolamento e em teletrabalho, vacinou-nos, apoiou financeiramente quem não podia trabalhar. E agora está a fazer a mesma coisa com a inflação e a crise energética.

O Direito transcende as manifestações concretas e transcende-se a si mesmo. Em relativamente poucos anos, o fenómeno da globalização fez renascer um Direito Global, um pouco à semelhança do que representava o Direito Romano até ao Code Civil francês e ao BGB alemão. Assim como o desenvolvimento do universo digital – a partir da evolução e difusão da internet – fez surgir também um novo Direito Digital, que só em parte é global. O Direito Digital não é simplesmente um novo ramo de Direito. É uma nova ordem jurídica, simultaneamente nacional, europeia, internacional e global.

A Europa quer diferenciar-se neste contexto e ser o berço do constitucionalismo digital. Os agentes do universo digital funcionam a dados, mormente dados pessoais. Por isso, quem detém o controlo sobre os dados detém o poder.

A Europa quer (...) ser o berço do constitucionalismo digital.

Na China, os dados pertencem ao Estado e este faz com eles o que quer. Na Europa, os dados pertencem aos cidadãos, que são os seus titulares. A proteção de dados pessoais é um direito fundamental. Nos EUA os dados pertencem a quem os apanhar primeiro. A ausência de regulação (exceto em parte na Califórnia) é uma forma de proteger os grandes gigantes do universo digital, que são todos americanos: Google, Microsoft, Apple, Facebook, Amazon, etc.

D.

JCY: Mas não creio que a tolerância que o Estado transcenda essas manifestações seja um mero cheque em branco. Citando, incorrendo no que parece ser uma tentação irreprimível de quem estuda Direito, um brocado em latim- “Quis custodiet custodes?” creio que seja antagônico- ou até absolutamente inviável- que alguém se coaja a si mesmo. Contudo, Montesquieu encontra a resposta a “Quem guarda os guardas?” na própria questão. Só o poder poderá travar o poder, dado que o seu estado natural parece ser o de se alargar infinitamente. Infinita também é a experiência, para Montesquieu, que reflete que “todo o homem que possui o poder é levado a dele abusar; ele vai até onde encontra limites”. Será essa a tendência?

Montesquieu encontra a resposta a “Quem guarda os guardas?” na própria questão.

JPS: Montesquieu apreciava a representação política como existia no Reino Unido do seu tempo, com a aristocracia numa câmara do Parlamento e os representantes do povo – pessoas distintas tiradas do seio deste – na outra câmara do Parlamento.

É este governo misto que serve de base à sua teoria da separação de poderes, que visa contrariar a tendência natural do poder para o abuso.

Já para Rousseau – que lhe sucedeu – a questão sobre quem guarda os guardas, em rigor, não se coloca assim. Todos são guardas, porque a democracia dever ser direta, sem representação política.

Rousseau, que era um igualitarista, desprezava a monarquia e os privilégios que lhe são inerentes. E desprezava igualmente a representação política ao estilo britânico. A soberania não se representa, dizia. Os britânicos estão convencidos de que são livres, mas a sua liberdade esgota-se no dia das eleições.

Seja como for, a separação de poderes não passa de moda e também se recria. Por exemplo, no universo digital, há quem defenda que as regras da concorrência devem ser utilizadas para separar os grandes gigantes empresariais em empresas mais pequenas e, portanto, como menos poder.

(...) a separação de poderes não passa de moda e também se recria.

Na prática, porém, já não é mau quando se evitam mais operações de concentração – como o Facebook a comprar o WhatsApp ou o Instagram –quanto mais pensar em cindi-las.

D.

JCY: Não consigo compreender se a decadência das democracias ocidentais supostamente sólidas é o seu fim inevitável devido à sua incapacidade de se reformar internamente (como defende Fukuyama) ou é o seu eterno retorno cíclico ao *L'État c'est moi*.

Não consigo compreender se a decadência das democracias ocidentais (...) é o seu fim inevitável (...) ou é o seu eterno retorno cíclico ao *L'État c'est moi*.

JPS: É de facto um fenómeno difícil de entender. Durante muito tempo, julgava-se que o problema do populismo só afetava democracias recentes, com instituições fracas, minadas pela corrupção.

A verdade é que em poucos anos, as três primeiras experiências constitucionais colapsaram ou quase colapsaram às mãos de populistas. Começou com o Brexit, cuja campanha assentou em mentiras populistas. Depois, a presidência de Trump acabou com uma tentativa de golpe de Estado. E em França a Frente Nacional está cada vez mais próxima de alcançar uma maioria nas eleições presidenciais.

No Brasil há mais justificação para o populismo: a pobreza, as desigualdades sociais gritantes, a corrupção larvar. Mas Reino Unido, EUA e França em poucos anos é difícil de explicar, sobretudo os parâmetros de vida das respetivas populações.

Não tenho soluções, mas tenho a certeza de que não os podemos ignorar, convictos de que eles só afetam a sério os outros países ou que só tiram votos aos outros partidos. Na realidade, os populistas não são a doença, mas o sintoma.

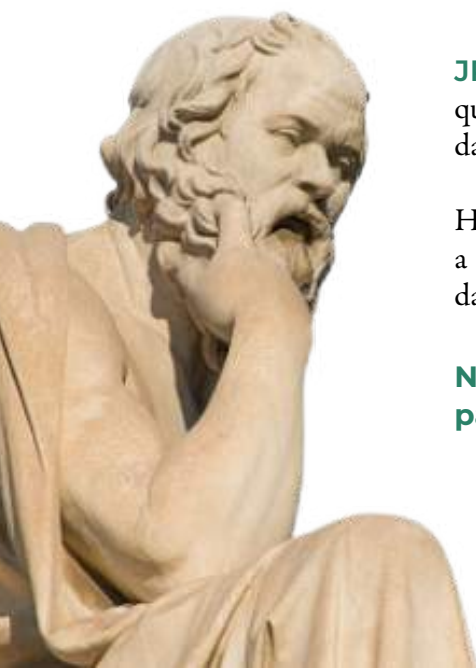
Na realidade, os populistas não são a doença, mas o sintoma.

JCY: O populismo parece de facto nutrir um carinho especial pelo eterno retorno.

JPS: Não sei se é pelo eterno retorno se pelo regresso ao passado. É a isso que Bauman chamava uma epidemia de retrotopia. A ideia de que o anjo da história está de asas abertas, virado para o futuro, mas é sugado para trás.

Há um enviesamento cognitivo, conhecido por declinismo, segundo o qual a evolução social é no sentido descendente: tudo vai piorar (com exceção da tecnologia, cujo progresso se afirma por si).

Não sei se é pelo eterno retorno se pelo regresso ao passado.



D.

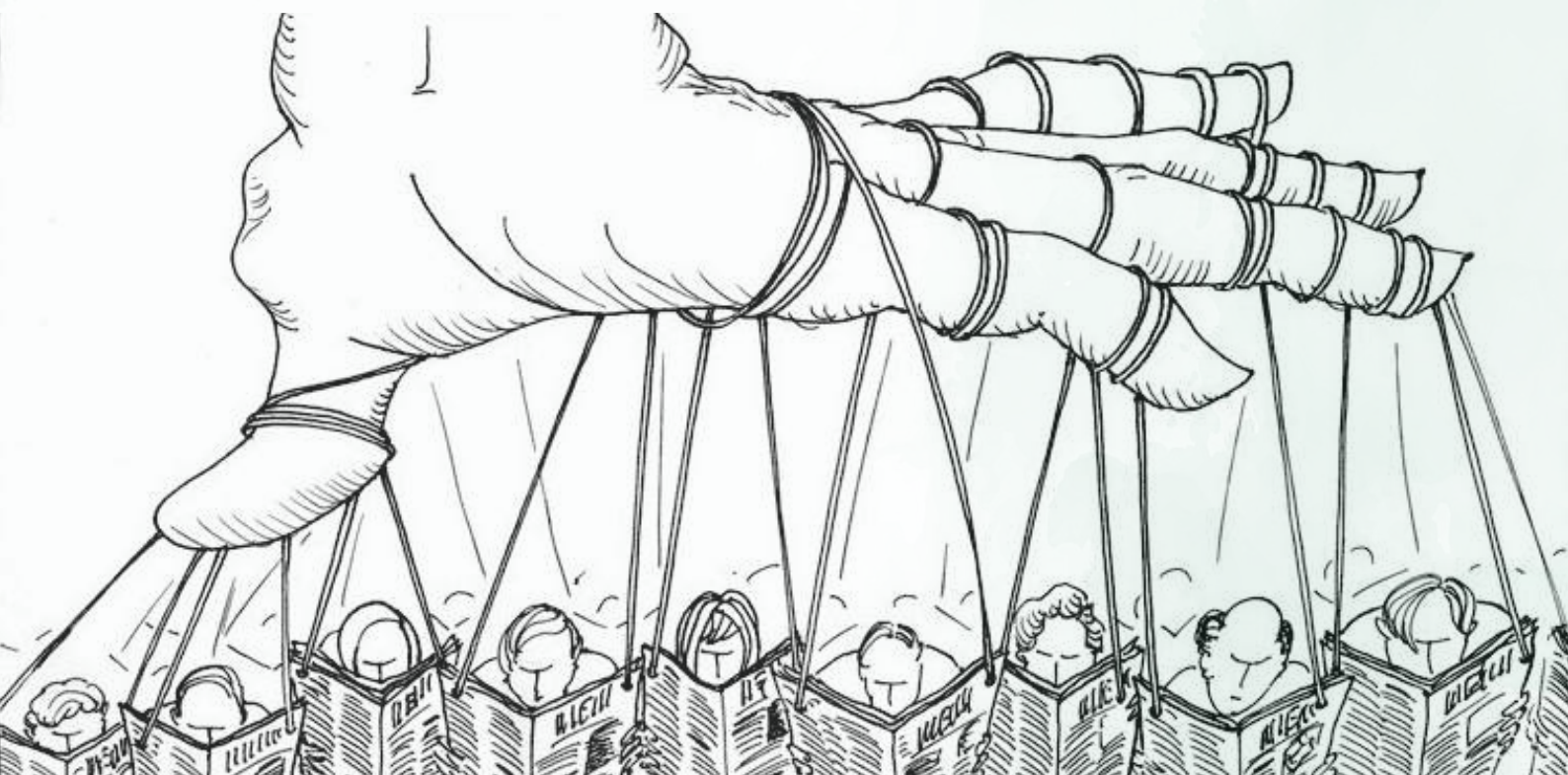
Isto é comum a todas as pessoas, porque à medida que as pessoas vão avançando na idade vão tendo saudades de quanto eram mais novas. Olhos mais cansados, veem o futuro mais cinzento.

(...) à medida que as pessoas vão avançando na idade vão tendo saudades de quanto eram mais novas. Olhos mais cansados, veem o futuro mais cinzento.

Mas sim, o pessimismo e a falta de esperança de que o populismo se alimenta constituem uma porta aberta ao regresso a projetos pessoais de poder, centrados num líder carismático.

Mas é uma ilusão tão grande. Os britânicos fizeram o Brexit para terem controlo de volta sobre o seu país e agora o resultado é trágico. Pela primeira vez na história, uma primeira-ministra é deposta pelos mercados financeiros, que não gostaram da política dela (que era efetivamente má). E as empresas britânicas que querem fazer negócios com empresas da União Europeia têm de continuar a respeitar as leis europeias, como sucede por exemplo com o RGPD (regulamento geral de proteção de dados) ou o novo RSD (regulamento dos serviços digitais).

JCY: Bauman põe o dedo na ferida ao sugerir que a nossa própria nostalgia por um passado de prosperidade idealizada seja precisamente o que nos impede de ter um futuro próspero, elegendo quem promete que nada é demasiado difícil, desde que sejam eleitos, de resolver no imediato. Enquanto a memória histórica for fraca, *L'État c'est encore moi. Encore et encore.*



A close-up portrait of an elderly woman with short, wavy white hair. She is smiling, showing her teeth, and has red lipstick on. Her face is wrinkled, indicating her age. She is wearing a pearl earring and a multi-strand pearl necklace. The background is blurred, showing a blue garment and a brooch.

D.

Rainha Isabel II

1926-2022

D.

Rainha Isabel II



No dia 19 de Setembro passado, uma segunda-feira, assistimos ao maior evento deste século. Mais de dois mil convidados marcaram presença em Westminster e prevê-se que mais de 4 mil milhões de pessoas (ou seja, um número que supera metade da população mundial) tenham assistido pela televisão ao emocionante funeral de Estado da Rainha Isabel II, o que faz destas cerimónias as mais vistas da História. Ascendeu a 8 mil o número de militares que - no cortejo, em Londres ou em Windsor - participaram nas exéquias fúnebres da monarca britânica e Chefe da Commonwealth.

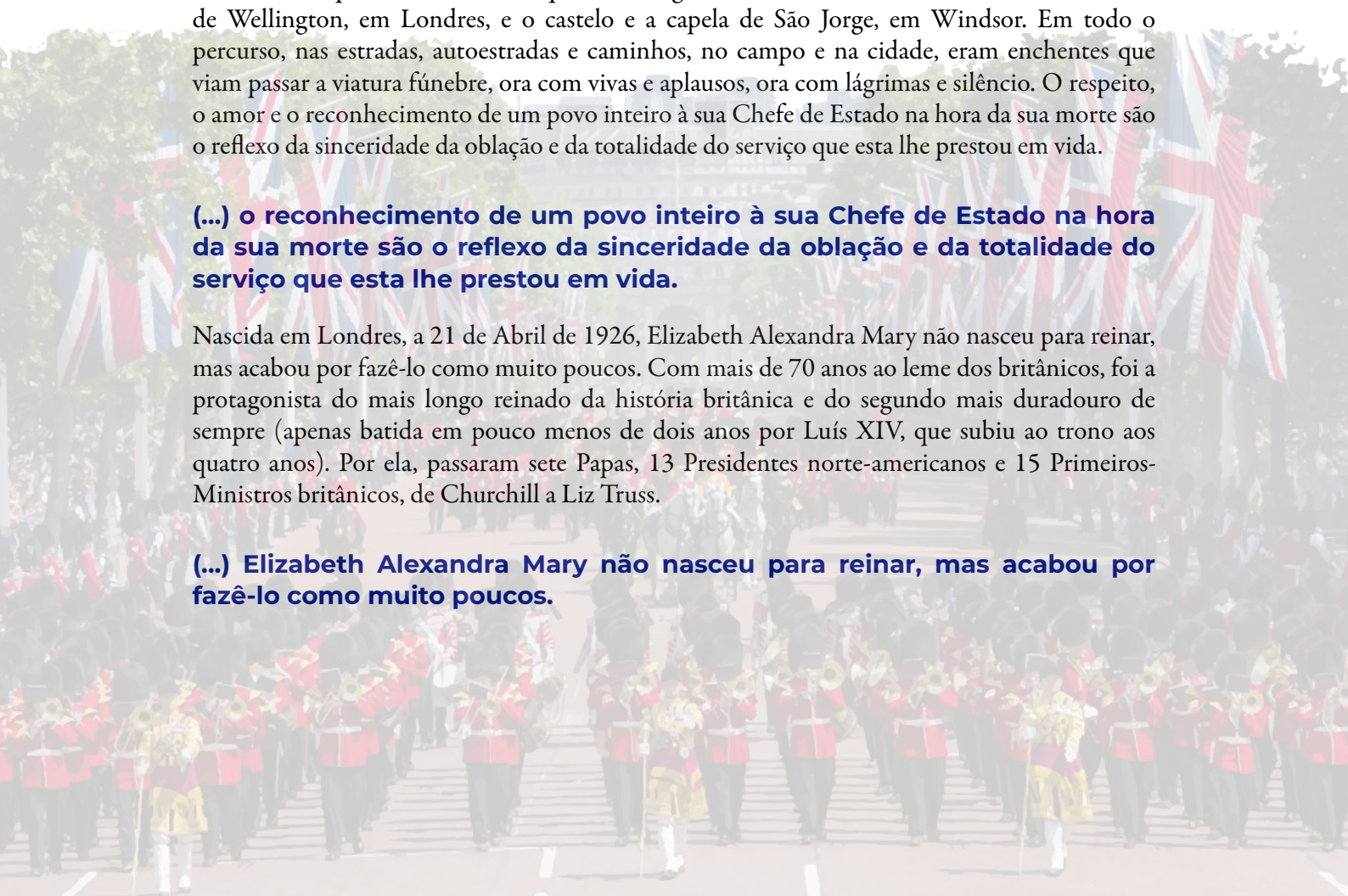
Disse o arcebispo anglicano da Cantuária no sermão que proferiu que “raramente tal promessa foi tão bem cumprida”, referindo-se ao famoso discurso de Isabel II por ocasião do seu vigésimo primeiro aniversário, em que esta prometera que toda a sua vida seria entregue ao serviço da Nação e da Commonwealth. Acrescentou Justin Welby que “poucos líderes recebem a manifestação de amor que vimos”, fazendo ainda diversas alusões à profunda fé cristã da monarca (“o exemplo de Sua Majestade não foi dado pela sua posição ou ambição, mas através de Quem ela seguiu”, referindo-se, naturalmente, a Jesus Cristo).

Não há palavras que consigam exprimir o amor das multidões imensas de pessoas de todas as idades a acompanhar o caixão real por uma viagem de mais de duas horas e meia entre o Arco de Wellington, em Londres, e o castelo e a capela de São Jorge, em Windsor. Em todo o percurso, nas estradas, autoestradas e caminhos, no campo e na cidade, eram enchentes que viam passar a viatura fúnebre, ora com vivas e aplausos, ora com lágrimas e silêncio. O respeito, o amor e o reconhecimento de um povo inteiro à sua Chefe de Estado na hora da sua morte são o reflexo da sinceridade da oblação e da totalidade do serviço que esta lhe prestou em vida.

(...) o reconhecimento de um povo inteiro à sua Chefe de Estado na hora da sua morte são o reflexo da sinceridade da oblação e da totalidade do serviço que esta lhe prestou em vida.

Nascida em Londres, a 21 de Abril de 1926, Elizabeth Alexandra Mary não nasceu para reinar, mas acabou por fazê-lo como muito poucos. Com mais de 70 anos ao leme dos britânicos, foi a protagonista do mais longo reinado da história britânica e do segundo mais duradouro de sempre (apenas batida em pouco menos de dois anos por Luís XIV, que subiu ao trono aos quatro anos). Por ela, passaram sete Papas, 13 Presidentes norte-americanos e 15 Primeiros-Ministros britânicos, de Churchill a Liz Truss.

(...) Elizabeth Alexandra Mary não nasceu para reinar, mas acabou por fazê-lo como muito poucos.



D.

Foi coroada num momento crítico da história britânica, em que o maior Império de sempre caía como um castelo de cartas, pairando sobre o futuro daquelas ilhas a sombra da incerteza. Entretanto, fortaleceu-se a Commonwealth e o Reino manteve-se Unido, houve uma revolução cultural, caiu o Bloco de Leste e o comunismo na Europa, apareceu a internet e deu-se uma globalização sem precedentes, surgiram novas causas como o ambientalismo ou a defesa de uma economia verde e o Reino Unido entrou e saiu da União Europeia, entre muitas outras coisas.

Foi coroada num momento crítico da história britânica, em que o maior Império de sempre caía como um castelo de cartas, pairando sobre o futuro daquelas ilhas a sombra da incerteza.

Mas, num mundo em constante mudança, em que tudo anda “à velocidade da luz”, esta mulher serena e com um sentido de humor particularmente apurado conseguiu ser uma referência fixa e quase atemporal, não deixando, contudo, de sentir o pulsar da mudança dos ventos e de adaptar a instituição monárquica ao século XX e, depois, XXI. Prova disso é o facto de pagar impostos voluntariamente e de se ter adaptado melhor do que qualquer outra Chefia de Estado à digitalização. As páginas da Família Real têm milhões de seguidores nas redes sociais, durante a pandemia, a rainha participou em reuniões online e, nos últimos anos, apareceu em vídeos com o “James Bond”, o urso de Paddington e até com o casal Obama, acompanhada do neto Harry. Podemos dizer que o seu reinado foi uma bem-sucedida “evolução na continuidade”, como lembrava um comentador nacional nos dias que se seguiram à morte da monarca britânica.

Isabel II foi um exemplo de competência, integridade e carisma para todos os líderes mundiais. Foi capaz de dar constantemente o exemplo e de marcar uma era. Porque se há, naturalmente, coisas que mudam na vida de uma comunidade, é saudável que existam outras que não se alteram. E a figura do rei é uma constante, um baluarte que está acima da circunstância, da década, do tempo. Isabel II foi assim. Por mais tempo do que o normal. A sua vida foi um serviço devoto e total a todos e a cada um dos britânicos e dos habitantes da Commonwealth. E isso é emocionante, louvável e cada vez mais raro. Serviu todos e não se serviu de ninguém. O mundo percebeu isso e, por isso, parou perante o adeus do ícone maior da monarquia.

Isabel II foi um exemplo de competência, integridade e carisma para todos os líderes mundiais.

Mas a era isabelina acabou. E que privilegiados que fomos por vivê-la. E veja-se: aos dois minutos de silêncio por Isabel II no funeral em Westminster, seguiu-se imediatamente o hino nacional, o mesmo de sempre, mas renovado. Porque a monarquia é assim, natural, perene, sempre presente e sempre pronta. *The Queen is dead, long live the King!*

Francisco Lopes Matias

ALUNO DE DIREITO NA CATÓLICA EM LISBOA

A background image showing a group of people in business attire sitting around a wooden conference table. One person is gesturing with their hands while speaking. There are glasses of water and papers on the table.

D.

A SOCIEDADE CIENTÍFICA

DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

PASSADO E FUTURO

POR LUÍSA LEAL DE FARIA

Presidente da Sociedade Científica

Ao publicar, pela primeira vez, um texto sobre a Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa no Jornal *Diurna*, impõem-se algumas palavras de apresentação.

A Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (SCUCP) foi criada em 1980. O seu Auto de Fundação foi firmado, no dia 16 de Novembro desse ano, pelo Magno Chancelar da Universidade, Cardeal D. António Ribeiro, pelo Ministro da Educação e Coordenação Científica, Prof. Doutor Vítor Crespo e pelo Reitor da Universidade, Prof. Doutor José Bacelar e Oliveira sj. No “Proémio e Manifesto” que precede as assinaturas destas altas personalidades, é apresentada a ideia que presidira à criação da Sociedade e a missão que se propunha, então, cumprir:

“Como expressão de um potencial de Cultura, a Universidade não pode fechar-se em si mesma, antes deve constituir-se em núcleo ou polo para a congregação e irradiação das próprias energias que radicam na sua origem e existência.

“(...) a Universidade não pode fechar-se em si mesma (...)”

D.

Daí um projecto que associe em torno de ideais comparticipados, que transcenda os indispensáveis condicionamentos inerentes à Universidade como tal. Nele, personalidades e grupos, investigadores, professores, estudiosos, publicistas e editores, poderão amplificar a capacidade de investigação universitária e reunir-se em associação regida por princípios e objectivos comuns.

Por esta via, a Universidade Católica Portuguesa, conservando as suas características e regras orgânicas, constituirá um centro de encontro e cooperação académica. Nesse centro encontrarão lugar e sentido tanto as pessoas e entidades directa e expressamente devotadas à investigação, ao ensino e à Cultura, como todos os que desejem prestar cooperação mediante patrocínio, solidariedade, apoio moral, segundo os seus recursos e capacidades.

“(...) conservando as suas características e regras orgânicas, constituirá um centro de encontro e cooperação académica (...)”

A Sociedade Científica (...) abre-se para o exterior ao congregar em associação, regida por normas concebidas para garantir um amplo espaço de livre iniciativa, cooperação e intercomunicação, elementos procedentes dos vários campos do saber, enquanto dedicados aos mesmos valores.”

Em 1984, quando foram publicados os Estatutos, a Sociedade Científica apresentava assim a sua missão: “A SCUCP tem essencialmente por finalidade promover a cultura nos planos intelectual, artístico, moral e espiritual, como instrumento de realização integral do homem, inspirada nos valores cristãos; e, do mesmo modo, a investigação científica, numa perspectiva interdisciplinar e de síntese do saber.”

Os percursos das universidades portuguesas e, necessariamente, o da Universidade Católica, atravessaram vários períodos de mudança, desde 1980 até hoje. A proximidade entre a Sociedade Científica e a Universidade não pode deixar de reflectir algumas dessas mudanças. A mais visível

situa-se no plano da investigação científica que, nestas décadas se tem vindo a organizar em Centros de Investigação dedicados a diversas especialidades, sujeitos a apertadas regras de produção e avaliação interna e externa que, não raro, mobilizam por completo a energia dos investigadores. Simultaneamente, as universidades têm sabido tirar o melhor partido possível de todo um conjunto de novos recursos tecnológicos de onde tem resultado um aumento imenso de actividades, expressas em colóquios e conferências, congressos, simpósios e publicações, que alavancam as carreiras académicas dos mais jovens e limitam a disponibilidade de todos para outras actividades.

D.

A Sociedade Científica não é um centro de investigação, mas a sua natureza interdisciplinar é, quanto a mim, o seu grande valor no presente, e para o futuro. É um espaço que reúne académicos de todas as áreas científicas e de todas as universidades, não apenas da Universidade Católica. Tem propiciado, ao longo dos últimos anos, debates alargados sobre temáticas como o ambiente, onde o cruzamento de saberes é condição fundamental para qualquer discussão séria e informada, e dispõe de um boletim, *Lumen Veritatis*, onde se procura, através de artigos breves, ir ao encontro dos assuntos que marcam a actualidade, tratados por especialistas.

A Sociedade Científica não é um centro de investigação, mas a sua natureza interdisciplinar é, quanto a mim, o seu grande valor no presente, e para o futuro.

Enfrenta, porém, dois grandes desafios à participação nas suas iniciativas: por um lado, a necessidade que os investigadores têm de dar prioridade ao Centro de Investigação a que pertencem; por outro, as constantes solicitações de um número elevadíssimo de actividades culturais de grande qualidade, que todos os dias nos interpelam. Contar com a presença interessada dos estudantes da Universidade Católica nas organizações da Sociedade Científica é um desejo sempre sentido pelos responsáveis pela SCUCP, e que muito gostaríamos de dinamizar.

Contar com a presença interessada dos estudantes da Universidade Católica nas organizações da Sociedade Científica é um desejo sempre sentido pelos responsáveis (...)

Ao terminar estas breves considerações, deixaria um convite e um desafio aos leitores do jornal *Diurna*: proponham à Sociedade Científica a organização de ciclos de conferências sobre os temas que mais lhes interessam, que devam ser tratados em cruzamento de saberes. Gostaríamos muito de, convosco, desenvolver projectos de futuro.

Luísa Leal de Faria

PRESIDENTE DA SOCIEDADE CIENTÍFICA



D.



O UNIVERSO DO DEBATE UNIVERSITÁRIO

pela Sociedade de Debates da Católica no Porto

Neste mundo governado pelas redes sociais, onde as opiniões são cada vez mais díspares e as convicções mais amplamente partilhadas, a palavra “debate” passou a assumir uma conotação negativa. De facto, na atualidade, debater é equiparável ao combate, tendo de ser coroado um vencedor inequívoco no final de cada disputa. Infelizmente, esta nova definição remove do diálogo contemporâneo precisamente o que o debate tenciona incutir: perspetiva.

Por todo o mundo, milhares de jovens participam ativamente na modalidade de debate, empregando diferentes técnicas e regras, mas sempre com o objetivo de pensar mais profundamente sobre o mundo, e de tentar obter respostas a questões que desafiam o status quo. O propósito não é triunfar através de verdades absolutas e indisputáveis, mas sim chegar a um consenso sobre qual é a verdade mais defensível.

O propósito não é triunfar através de verdades absolutas e indisputáveis, mas sim chegar a um consenso sobre qual é a verdade mais defensível.

O debate tem inúmeros benefícios, desde o aprimoramento de capacidades de comunicação e de discurso em público, ao exercício da análise crítica da realidade que nos rodeia. Permite, também, contacto entre indivíduos com diferentes pontos de vista, promovendo a compreensão e harmonia inter-humana. A Sociedade de Debates Católica Porto é mais do que uma associação sem fins lucrativos.

D.

Um lugar neutro, no qual podemos, livremente, partilhar os nossos argumentos sem medo de julgamento.

O seu escopo social extravasa o invólucro da designação legal que lhe foi atribuída. É um espaço de troca de ideias e pensamentos, onde o objetivo é o desenvolvimento da capacidade de pensamento crítico e descontração lógica dos argumentos. Um lugar neutro, no qual podemos, livremente, partilhar os nossos argumentos sem medo de julgamento. Atualmente, a Sociedade de Debates focou-se, também, na expansão dos diálogos inter e intracomunitários. Foram criadas parcerias com outras associações na UCP-CRP (ELSA UCP, CPS, CIC, Mentoria FDUCP e o Diurna) e, ainda, com empresas no porto (Capas Negras, Peebz, Flame Concept, Carlotta Cake Boutique, Spaso Zen, Tavi, CIF, Adega Sports Bar e Clínica Reinaissance). Em adição, fomentamos o desenvolvimento o debate British Parliamentary através de ciclos formativos e organização de torneios internos e externos.

A nova direção está empenhada, veementemente, em dar conhecer a Sociedade de Debates Católica Porto ao mundo para, desta forma, todos conhecerem a magia do Debate Competitivo Universitário (DCU).

Tomás Guerra e Maria Luís Paz

SOCIEDADE DE DEBATES DA CATÓLICA NO PORTO



Mestrado & Ordem

É possível?



Manuel Ximenez

ALUMNUS DE DIREITO DA CATÓLICA EM LISBOA

Num mercado de trabalho competitivo como é o da advocacia em Portugal nos dias que correm, torna-se cada vez mais essencial a realização do 2.º ciclo de estudos do ensino superior. Se por um lado as licenciaturas em Direito, em especial, em faculdades de renome como as Escolas de Direito da Universidade Católica Portuguesa, formam cada vez juristas mais completos com uma ampla capacidade de trabalho nos diversos ramos do Direito, por outro a especialização é cada vez mais recompensada e reconhecida.

(...) as Escolas de Direito da Universidade Católica Portuguesa formam cada vez juristas mais completos com uma ampla capacidade de trabalho nos diversos ramos do Direito (...).

Com esta consciência, quando terminei os meus estudos em Direito na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 2019, não estava em questão não concluir a minha formação académica com um mestrado. Uma vez que o meu objetivo era seguir a carreira de Advogado, procurei um mestrado com uma vertente prática que tivesse ainda um verdadeiro valor acrescentado. Assim, optei por frequentar o mestrado em Direito e Gestão na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

D.

Os mestrados são constituídos por duas fases: o primeiro ano corresponde a uma fase letiva, que se inicia normalmente em setembro e o segundo ano à realização de uma dissertação de mestrado. Paralelamente, atendendo à referida competitividade do mercado da advocacia, as sociedades de advogados de prestígio começam a recrutar candidatos cada vez mais cedo, chegando a realizar os processos de recrutamento um ano antes do início do estágio profissional.

(...) atendendo à referida competitividade do mercado da advocacia, as sociedades de advogados de prestígio começam a recrutar candidatos cada vez mais cedo (...)

Por esta razão, após a realização da fase letiva do mestrado muitos optam por iniciar o estágio profissional ainda durante o segundo ano de mestrado, enquanto realizam em paralelo a dissertação de mestrado. Tal implica, por um lado, preparar as candidaturas aos estágios profissionais assim que se inicia a fase do mestrado, por outro, iniciar a carreira profissional enquanto se pesquisa, estuda e escreve a tese de mestrado. Esta realidade leva a que muitos mestrandos escolham terminar as suas dissertações de mestrado antes de iniciar as suas carreiras profissionais, enquanto outros optam por conciliar as duas realidades em simultâneo.

No meu caso, optei por iniciar o estágio profissional da Ordem dos Advogados numa sociedade de advogados logo após terminar a fase letiva do mestrado. Esta decisão trouxe, por um lado, a vantagem de “ganhar” mais um ano de carreira profissional, permitindo assim também ter mais um ano para me propor perante as várias sociedades de advogados de renome do país. No entanto, trouxe uma grande dificuldade de conciliação entre o trabalho e conclusão da tese de mestrado. O início da carreira é repleto de vários desafios, desde a adaptação à realidade prática do Direito a todos os planos de formação dos escritórios de advogados e da inscrição enquanto advogado estagiário na Ordem dos Advogados. Acresce ainda o facto de que durante este primeiro ano de trabalho os advogados estagiários têm de frequentar as aulas da Ordem dos Advogados. Deste modo, quem opta por iniciar a carreira profissional logo após concluir a fase letiva do mestrado tem de conciliar três vertentes: a conclusão da dissertação de mestrado; o estágio profissional; e as aulas da Ordem dos Advogados.

Esta gestão a três tempos é muito desafiadora e leva a que muitos desistam ou adiem a conclusão das suas teses de mestrado. Não obstante, tendo concluído tanto as aulas da Ordem dos Advogados, como a minha dissertação de mestrado e, ainda, a integração enquanto profissional no escritório de advogados em que trabalho com sucesso, posso garantir que é possível gerir as três realidades ainda que tal acarrete uma grande dedicação e gestão eficaz de tempo – ferramenta essencial para qualquer advogado.

Esta gestão a três tempos é muito desafiadora e leva a que muitos desistam ou adiem a conclusão das suas teses de mestrado.



D.

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE

por Alexandra Leitão

Desenvolvimento sustentável significa satisfazer as nossas necessidades como Humanidade sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas necessidades. Está relacionado com desenvolvimento económico, preservação dos recursos naturais e meio ambiente, e equidade social.

Desenvolvimento sustentável significa satisfazer as nossas necessidades como Humanidade sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas necessidades.

A sustentabilidade económica pode ser entendida como exigindo que as comunidades humanas em todo o mundo sejam capazes de manter a sua independência e tenham acesso aos recursos que necessitam, financeiros e outros, para satisfazer as suas necessidades.

A sustentabilidade ambiental está relacionada com a integridade ecológica do planeta. O consumo de recursos naturais pelos seres humanos e a deposição de resíduos no ambiente devem acontecer a um ritmo que não interfira com a capacidade de regeneração natural do planeta.



D.

A sustentabilidade social relaciona-se com os direitos humanos universais. As necessidades básicas de todos os indivíduos devem encontrar-se satisfeitas, todos devem ter acesso a recursos suficientes a fim de manter as suas famílias e comunidades saudáveis e seguras. Direitos pessoais, laborais e culturais devem ser respeitados e todos devem ser protegidos contra a discriminação.

De uma forma ampla, a sustentabilidade tenta fazer a ponte entre a ciência social, a ciência ambiental e a tecnologia do futuro, sem negligenciar fatores sociais fundamentais, tais como justiça e igualdade, pobreza, saúde, educação e cultura. A tecnologia, que tem moldado profundamente a sociedade, a economia e o ambiente, é fundamental para resolver e ultrapassar a degradação ambiental, as alterações climáticas, a escassez de alimentos, a gestão de resíduos, e outros desafios globais urgentes. A investigação sobre novos métodos de produção de energia e eletricidade é abundante, constantemente sujeitos a melhorias para aumentar a eficiência dos sistemas existentes, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e substituindo o fornecimento finito de combustíveis fósseis. Novos sistemas de remoção de resíduos, projetos que envolvem mobilidade mais limpa, produtos energeticamente eficientes, entre muitos outros,

contribuirão para tornar o ambiente mais limpo, protegendo-o e mantendo os frágeis ecossistemas do nosso planeta em estabilidade. Em suma, a sustentabilidade protege o nosso ambiente natural, a saúde humana e ecológica, enquanto impulsiona a inovação e não compromete o nosso modo de vida.

(...) a sustentabilidade tenta fazer a ponte entre a ciência social, a ciência ambiental e a tecnologia do futuro (...).

A economia circular é o melhor caminho para a sustentabilidade ambiental. É fundamental devido à limitação dos recursos naturais. Com ela, o desperdício torna-se fonte de recursos, fechando o círculo de fornecimento e permitindo a eliminação de resíduos. Permite parar a extração de recursos virgem assim como parar com a poluição. Também aqui, a tecnologia e a sua capacidade de melhorar as conexões e a troca de informações é fundamental para a mudança de paradigma. É necessária a colaboração entre setores, produtos e modelos de negócio inovadores, tornando produtos, processos e serviços mais circulares.

A economia circular é o melhor caminho para a sustentabilidade ambiental.

D.

Um dos desafios mais importantes que atualmente os gestores enfrentam é a integração da sustentabilidade nas suas diferentes dimensões nas suas funções. As empresas são forçadas a saltar da mera adoção de práticas verdes para a reformulação, redesenho, e redensenvolvimento das práticas empresariais de uma forma mais sustentável. Uma questão crítica para as empresas é a complexidade e interação entre diferentes questões de sustentabilidade, que devem ser tratadas de forma holística. Uma focalização única nas alterações climáticas, por exemplo, é inadequada. A mudança climática está ligada a tudo, desde a forma como a nossa economia funciona até à forma como a nossa sociedade está organizada. A necessidade urgente de a abordar e ultrapassar não deve negligenciar a forma de o atingir, de uma forma socialmente justa. Por exemplo, se não existir preocupação em fazer a transição dos trabalhadores, esperando simplesmente que estes se reconvertam às novas tecnologias energéticas, é possível um grave desalinhamento das competências laborais e da oferta em relação à procura, gerando forte instabilidade social. Assim,

embora os aspetos económicos e ambientais da sustentabilidade tenderem a ser os principalmente enfatizados, a dimensão social da sustentabilidade não deve ser negligenciada. À medida que mais organizações se comprometem com a sustentabilidade, a incorporação da sustentabilidade social em todas as suas operações deve estar sempre presente.

As empresas são forçadas a saltar da mera adoção de práticas verdes para a reformulação, redesenho, e redensenvolvimento das práticas empresariais de uma forma mais sustentável.

O desenvolvimento sustentável não é uma moda, mas sim uma necessidade. Deve definitivamente entrar na agenda de todos os setores – empresas, governo, sociedade civil, academia – para que todos possam trabalhar no sentido de uma transição para uma economia baseada em baixo ou nenhum carbono, amiga do ambiente e socialmente justa.

Alexandra Leitão

**PROFESSORA ASSOCIADA DA CATÓLICA PORTO
BUSINESS SCHOOL**

D.



Detecção precoce das doenças de Alzheimer e Parkinson

As doenças neurodegenerativas, sem causas determinadas e altamente incapacitantes, têm vindo a afetar num ritmo muito acelerado milhares de pessoas a nível mundial. Estima-se que em 2050 mundialmente 110 milhões de pessoas sofram de algum tipo de demência e em Portugal os números cifrar-se-ão em cerca de 300 mil pessoas. Estas patologias provocam demência, promovem um processo degenerativo e irreversível das células nervosas e conduzem à perda de funções cognitivas e motoras. A doença de Alzheimer é considerada a causa mais comum de demência e permanece até aos dias de hoje incurável. A doença de Parkinson é outra doença neurodegenerativa altamente debilitante e que também não tem cura. Dado que só um diagnóstico atempado pode efetivamente atenuar alguns sintomas através da aplicação de fármacos inovadores, o foco do meu trabalho tem sido desde há vários anos o diagnóstico precoce destas duas doenças.

A doença de Alzheimer é considerada a causa mais comum de demência e permanece até aos dias de hoje incurável.

D.

Ora, se as doenças neurodegenerativas afetam a memória e o conhecimento então, muito provavelmente, produzirão um efeito na atividade elétrica do cérebro, a qual pode ser medida através do sinal Eletroencefalográfico (EEG). Procurando corroborar essa hipótese, toda a minha pesquisa enquanto investigador tem sido ao longo de vários anos dedicada ao estudo desse sinal e tenho vindo a desenvolver e publicar inúmeros trabalhos nessa área, especialmente no que concerne à deteção precoce de Alzheimer e Parkinson.

(...) se as doenças neurodegenerativas afetam a memória e o conhecimento então, muito provavelmente, produzirão um efeito na atividade elétrica do cérebro, a qual pode ser medida através do sinal Eletroencefalográfico.

Os EEG são realizados com toucas de 19 elétrodos que recolhem tensões elétricas que, num adulto, variam entre 30 e 50 milivolts. Os dados são recolhidos em 15 a 30 minutos, mas as variações do sinal elétrico associadas a Parkinson e Alzheimer são discretas, difíceis de detetar e muito semelhantes. Para superar a dificuldade na deteção e discriminação, recorro a cálculos e métricas matemáticas no domínio tempo-frequência, baseadas em técnicas de processamento de sinal e de aprendizagem computacional ou de máquina (Inteligência artificial), que isolam esses padrões subtis do restante traçado de sinal EEG de uma forma sistemática e automatizada tendo em vista um diagnóstico.

Os algoritmos desenvolvidos por mim e pela minha equipa, para a deteção precoce destas patologias têm uma taxa de acerto a rondar os 98% para a doença de Alzheimer e 92% para a deteção da doença de Parkinson, o que é muito relevante para se proporcionarem “mais anos de vida” aos pacientes, através da aplicação mais atempada de tratamentos. As taxas de acerto são elevadas, contudo, considero que ainda há margem para melhorar e acredito que é possível refinar os algoritmos, pois 1% de erro que seja, pode significar, ainda que com probabilidade muito baixa, um diagnóstico mal efetuado.

Acredito que a inteligência artificial é o presente e o futuro da medicina, auxiliando e acelerando a tomada de decisões médicas. O que ontem era impossível, hoje é exequível e futuramente já estará ultrapassado. A área tecnológica é incrível, está sempre em constante mutação e é isso que me fascina sempre que ensino e investigo. Procuro “contagiar” os meus alunos e investigadores com todo este meu entusiasmo pela investigação científica!...

Pedro Miguel Rodrigues

**PROFESSOR AUXILIAR NA ESCOLA SUPERIOR DE
BIOTECNOLOGIA DA CATÓLICA NO PORTO**

D.



MEDIAÇÃO

mentalidade e habilidades que levam indivíduos ao sucesso



Quando começamos a estudar, seja direito, negócios, filosofia, enfermagem ou mesmo artes, dificilmente imaginamos a multiplicidade de desafios a enfrentar, nos anos acadêmicos e depois nas nossas carreiras profissionais, que estão relacionados com a comunicação, tomada de decisão e gestão de conflitos.

A comunicação eficaz pode ser considerada uma das bases de uma sociedade harmo-

niosa. No entanto, os riscos de falhas de comunicação são significativamente elevados, e estes riscos inerentes conduzem frequentemente à discórdia, à tensão e, por vezes, ao conflito.

Defenderia até que a aquisição de competências para ser um melhor comunicador pode, portanto, contribuir para uma sociedade mais pacífica. Mal sabia eu que este princípio se tornaria um dos pilares da minha carreira, seja na academia ou na minha prática jurídica.

D.

Quando descobri a mediação pela primeira vez, estava, como muitos já estiveram antes de mim, com a impressão de que isto é fácil, natural, óbvio e já era algo que fazia no meu dia-a-dia. No entanto, rapidamente percebi que a capacidade de compreender verdadeiramente os indivíduos, pela fala ou através dos seus comportamentos, era mais difícil de adquirir do que eu imaginei.

Quando leciono sobre mediação, independentemente da origem dos alunos a quem ensino estas competências, desde assistentes sociais a professores do ensino básico, desde advogados ou juízes reformados a engenheiros ou banqueiros, fico sempre admirado quando eles também começam a ver o impacto que têm no processo de decisão dos outros, e na sua capacidade de comunicar de forma mais eficaz para encontrar um caminho para menos tensão e menos conflitos à sua volta.

(...) fico sempre admirado quando eles também começam a ver o impacto que têm no processo de decisão dos outros (...).

Quando pratico como advogado, sinto-me confortado pelo facto de, apesar de conversas difíceis, circunstâncias tensas e litigiosas, os meus clientes e as contrapartes estarem geral-

mente abertos a ter uma conversa sobre a resolução do problema, e sinto-me honrado por trazer à conversa estas ferramentas e competências que lhes permitem ter uma discussão construtiva para resolver o que criou um cisma entre eles. Afinal, seja no contexto de uma prática jurídica, seja na vida pessoal de alguém, independentemente da sua profissão, dá-me alegria saber que a mediação é um recurso disponível para todos os que desejam aprender sobre o tema, e, através da comunicação e colaboração que permite, pode ser um grande contribuinte para uma sociedade mais pacífica.

(...) a mediação é um recurso disponível para todos os que desejam aprender sobre o tema (...).

Como mediador, pretendo sempre ajudar outros a resolver os seus problemas através da aplicação de técnicas de comunicação eficazes. Tal como muitos mediadores fazem diariamente, tento humildemente fazer a minha parte para promover uma mentalidade de colaboração e de paz social.

Será que é altura de todos repensarem se a mediação lhes pode ser útil? E pode a mediação ser uma das mentalidades e habilidades que nos leva a um caminho de sucesso? Estou convicto que sim.

Thomas Gaultier

DOCENTE DE DIREITO NA CATÓLICA NO PORTO

D.

Manuel Cavaleiro Brandão

A Personalidade em Destaque.

Nuno Brochado de Agarez
DIRETOR NACIONAL DO JORNAL DIURNA.

D.

A redação de cada entrevista, e o enorme desafio que é selecionar de conversas longas aquilo que chega até aos nossos leitores, é sempre um trabalho exigente.

Os motivos, porém, são invariavelmente semelhantes.

A inteligência, a profundidade, a vivência e a simpatia do tempo que nos dispensam marcaram também esta entrevista com o Dr. Manuel Cavaleiro Brandão, reconhecido Advogado do Porto, Sócio da Vieira de Almeida, mas que é também muito mais.

Na inauguração deste primeiro número nacional, quem melhor do que uma figura que viaja entre as duas maiores cidades portuguesas com tanta facilidade?

Para que entendam o privilégio que partilhamos - e porque é raro qualquer entrevista em grande meio de comunicação ter tanto tempo como estas que temos feito - optámos por fazer a menor edição possível, salvo os devidos *off the record* que são, como entenderão tão bem, privilégio da Equipa do **Diurna.**

Sentados numa das salas de reuniões da VdA, no Porto, escritório para onde se mudou no ano passado, começamos esta entrevista como qualquer outra: conhecer melhor quem se sentava à nossa frente, antes de podermos partir para quaisquer questões mais individuais. As perguntas da rubrica “Os Favoritos”, nesta edição estrelada pelo Professor Agostinho Guedes, são sempre um bom mote. Dessas perguntas, escolhemos a resposta a duas. Passámos depois pelas memórias de Coimbra, e da própria Revolta Estudantil que presenciou. Os tempos enquanto deputado, como membro do Comité Económico e Social Europeu, e pelo cargo que inicialmente nem queria aceitar, o de Presidente do Conselho das Ordens de Advogados Europeias (CCBE). E contou-nos sobre as várias marcas a que se associou, em nome próprio, ou outras, como a PLMJ e a VdA, mais recentemente.

Para melhor conhecer Manuel Cavaleiro Brandão.

Se pudesse escolher uma profissão qual seria? Tenho dificuldade em imaginar outra profissão porque desde miúdo sempre quis ser advogado. Advogado, não sócio de uma qualquer sociedade de advogados. Advogado, no sentido mais rigoroso da palavra. Depois, também sempre tive sempre uma grande paixão pela política, mas nunca pus a hipótese de ser político profissional e recusei-o peremptoriamente em várias ocasiões. Gostava de ter feito jornalismo – fui chefe de redação da Via Latina, o jornal da Associação Académica de Coimbra. Tal como talvez pudesse ter seguido a carreira diplomática.

D.

Qual é o tema da atualidade que mais o faz pensar? A mudança. A mudança de tudo, pela intensidade, complexidade, imprevisibilidade do que está a suceder. Porque muda tudo, a todos os níveis, ao mesmo tempo. É a sensação que eu tenho. É a sensação de que se estão a perder todos os elementos que tendiam a estruturar coletivamente a nossa existência em sociedade... É o meu conceito de família; é o papel do Estado; a desarticulação do país como país; a desestruturação da Igreja está a impressionar-me imenso... Não faço ideia nenhuma de onde vamos chegar. Parece tudo muito acelerado. São movimentos que a Humanidade está com dificuldade em acompanhar e que parecem incontrolláveis. Não está a ser gerido! Está a acontecer fora da vontade dos Homens.

Nasci e cresci no Porto – autotransformo-me como um português primário – apesar de adorar Lisboa.

Como se apresenta? Nasci e cresci no Porto – autotransformo-me como um português primário – apesar de adorar Lisboa. Isto significa que ao longo da vida recusei todas as hipóteses e oportunidades, muitas vezes muito interessantes, para deixar de estar sediado no Porto e de trabalhar a partir daqui. E significa que me revejo profundamente nos valores dominantes da média burguesia da cidade – identificam a própria história da cidade e o que de bom ela deu ao país.

Viveu muito entre o Porto e Lisboa. O que gosta numa cidade, o que gosta na outra e porque é que repetidamente já disse que não abandona o Porto por nada? Eu considero Lisboa uma das cidades mais bonitas que conheço em todo o mundo, tenho uma paixão enorme pela beleza de Lisboa. Vivi em Lisboa momentos interessantes do ponto de vista profissional, político, social... E por isso só posso dizer bem de Lisboa, a esse nível. Mas tenho a consciência de que me sinto melhor entre os meus concidadãos portugueses, penso que a maneira de se estar no Porto se identifica melhor com a minha maneira de estar.

E que maneira de estar é essa? Sou por natureza uma pessoa direta, frontal, voluntariosa...

Calorosa também? Gostava de acreditar que sou caloroso. Não



D.

tenho a certeza se é isso que pensam as pessoas próximas de mim, mas penso que sim. Não quer dizer que não haja pessoas assim em Lisboa, mas socialmente os comportamentos tendem a ser diferentes. Por outro lado, a qualidade de vida que tive e que posso ter no Porto, penso que é muito difícil de alcançar. Em qualquer fim de semana, eu posso começar o dia a trabalhar 2 ou 3 horas e ir a seguir 2 horas à praia e a seguir ir jogar uma partida de golf e acabar a jantar com uns amigos. Em geral, em Lisboa só conseguia fazer uma destas coisas. Se for jogar golf gasto o dia inteiro a sair da cidade, se for para a praia, a mesma coisa. Se trabalhar já não posso fazer nenhuma das outras, portanto isto é um dos exemplos de vantagem de viver numa pequena cidade que tem tudo à volta e que tem tudo perto.

Parece que alguma coisa está em curso... e tudo muito acelerado. São movimentos que acho que a Humanidade está com dificuldade em acompanhar e que são incontrolláveis.

A formação em Coimbra e as Revoltas Estudantis durante a Ditadura.

Face às memórias que tem de Coimbra, é partidário daqueles que dizem que a formação jurídica perdeu qualidade em comparação com a do seu tempo? Não, de todo. Se existe algum problema nas gerações mais novas, esse problema não está na universidade. Estará no problema de o jovem ser, ou não, culturalmente densificado. Se teve apetência para construir o mundo, estudar, ouvir, viajar, mesmo pela internet... pode ser fabuloso, como há obviamente miúdos espetaculares. Se por acaso só gosta de mar e sol... Já no meu tempo era assim. Admito que o ambiente cultural em algumas escolas pareça menos exigente e intelectualmente menos sofisticado do que era na altura, mas continuo a encontrar pessoas e professores fantásticos. A evolução, aqui, parece-me naturalíssima, não vejo nenhuma mudança disruptiva. Os programas escolares são diferentes, portanto, não sabem umas coisas, mas sabem outras.

Que memórias tem, em Coimbra, das Revoltas Estudantis? O que aconteceu em Coimbra tinha acontecido em muitos outros sítios, nomeadamente em França, portanto, estava de alguma forma na calha antes mesmo de ter acontecido. A universidade portuguesa, e a de Coimbra em concreto, estavam completamente dominadas por uma evolução política e cultural profundamente “esquerdizante”: a esquerda dominava então, nos anos 60, a



D.

universidade. Hoje não sei. Em 1962, aconteceu em Lisboa uma primeira crise, liderada pelo Jorge Sampaio. Quando eu chego, em outubro de 1963, a Coimbra, já era uma cidade muito dominada pela esquerda. O tal incidente acontece em 1969, com a inauguração do Edifício de Matemáticas pelo Presidente da República — já era então presidente da Associação Académica Alberto Martins, que tenta interagir com o Presidente para apresentar as reivindicações dos estudantes. A partir daí, desencadeia-se o que já estava, digamos, na forja, que era um movimento reivindicativo dos estudantes em relação a coisas mais simbólicas do que práticas. Houve uma reação das forças policiais, seguiu-se enorme controvérsia social e a demissão do Ministro. A cidade ficou em estado de sítio e a crise teve um impacto brutal na universidade durante anos.



Fez parte ativamente nesses movimentos? Havia, à direita, uma direção informal da qual eu fazia parte.

E houve unidade? A crise gerou uma rutura brutal a nível da Academia. Ao contrário dos confrontos políticos antes da crise, em que no final do dia tudo acabava nos copos, aqui não acontece nada disso. O radicalismo já era muito mais estruturado ideologicamente, já não estávamos na fase das “boas intenções”, estávamos na fase mais científica da revolução. A rutura foi humana, social e política. A esquerda convoca uma greve aos exames e a direita opôs-se.

Qual é que foi a razão para se oporem? Desde logo, para impedir que se prejudicasse o percurso académico dos estudantes. A frequência da universidade era um exercício penoso para muitas famílias. Víamos que a opção era essencialmente política e não estávamos, nem de perto nem de longe, com aqueles que propuseram a greve. Por isso fizemos exames. Aí houve violência clara sobre os não grevistas... uma grande pressão da esquerda.



D.

Ao serviço, na Política, sobre várias formas.

Porque é que aceitou ser deputado? Na altura achei que não seria incompatível com a advocacia. Depois tornou-se difícil. A minha educação tem por base uma formação católica. Fui educado na doutrina social da Igreja para servir o próximo, o bem comum. É algo pelo qual estamos responsabilizados.

Foi uma questão de serviço. Não foi ego ou ambição? Ambição, seguramente, não. Em todas as circunstâncias em que me foi proporcionado progredir politicamente, recusei sempre. Achava que a permanência em Lisboa estava completamente fora de causa. Também achava que era muito novo para o exercício de certas funções, designadamente ao nível do Governo, e que havia pessoas mais qualificadas.

Sentiu-se mais realizado como advogado ou deputado? Como advogado indiscutivelmente, mas a vida parlamentar nos primeiros três ou quatro anos foi interessantíssima. Fiz parte da primeira comissão parlamentar encarregue da revisão constitucional. Seja a fase inicial de aprendizagem do jogo parlamentar, seja a segunda fase desse período de revisão da Constituição foram períodos muito interessantes e enriquecedores. Depois, quando se passa para a oposição, o jogo torna-se demasiado artificial, demasiado vazio. Eu chateio o governo com coisas que posso querer fazer mais tarde. A partir daí deixei de achar graça porque era um jogo de soma zero.

As minhas fotografias nesse ano são fotografias de um fantasma.

Porque é que aceita o lugar de Presidente no Conselho das Ordens Advogadas Europeias (CCBE) e qual era o seu objetivo para o mandato? Eu gostei sempre muito de alguma atividade internacional. Comecei na Associação Internacional dos Jovens Advogados porque me interessava muito por arbitragem. Mais tarde, já membro do Conselho Geral da Ordem, a Bastonária Maria de Jesus Serra Lopes pede-me para integrar a delegação portuguesa da Ordem dos Advogados junto do CCBE, então presidido pelo antigo Bastonário Coelho Ribeiro. Quando, muito mais tarde, com José Miguel Júdice como Bastonário, fui solicitado para chefiar a Delegação, eu vou com todo o gosto porque é uma área que me interessa imenso. Quando, algum tempo depois, se mexem para que eu me candidate à Presidência... “aí não



D.

posso"... "não tenho hipótese nenhuma"... "nem pensar"... Estavam já na corrida um lorde inglês e o chefe da delegação espanhola, que queriam muito, qualquer deles, ser presidente. Não havia crise institucional, havia candidatos, eu estava sossegado! Mesmo assim, na sequência de alguma pressão da presidência do CCBE da altura, o José Miguel, sem me dizer nada, confrontou-me perante o Conselho Geral com a "obrigação" de aceitar o desafio, com toda a gente presente. Não pude mais dizer que não...

Foi um *full time job*? Não o fiz em full time job. Começava todos os dias às oito da manhã com o secretário geral inglês, com uma reunião telefónica. Era uma hora a duas horas e meia ao telefone. Mas foi um ano louco, como Presidente. As minhas fotografias nesse ano são fotografias de um fantasma esgotado. E continuei naturalmente com a minha advocacia porque tinha de pagar contas. A presidência do CCBE é uma função não remunerada. Mas foi uma experiência fantástica a vários níveis!

E como foi essa experiência? Ao longo das várias fases que vivi dentro do CCBE, pude testemunhar uma grande evolução da advocacia, sobretudo a continental. Eu vinha de uma visão muito ortodoxa e conservadora da profissão. Sou hoje em dia muito mais liberal e aberto à mudança do que era há 20 anos.

Ao ponto de acreditar nas sociedades multidisciplinares? Eu já nessa altura defendia que era possível acautelar dentro de uma sociedade de advogados regras que garantissem a prevalência dos valores que estruturam e identificam a nossa profissão, sobretudo o sigilo, perante a convivência com profissões que não têm esses deveres. Nunca foi um drama, mas a nível europeu era um assunto absolutamente central. Eram debates muito intensos, prevalecendo uma visão muito conservadora. Muitas dessas barreiras foram, entretanto, sendo desmanteladas. O processo comunitário tem esvaziado todas essas defesas. Marco deste desmantelamento é a Diretiva Serviços, muito influenciada pelo modelo anglo-saxónico. Nesse modelo, a advocacia é vista essencialmente como uma prestação de serviços e um negócio. É uma prestação de serviços que tem algumas regras a benefício do cliente, não a benefício do sistema judicial. O solicitador não faz parte do sistema: é um profissional liberal, vive do seu negócio. A advocacia na Europa continental é parte do sistema judicial. Cada vez que atuo tenho de ter o sentido das responsabilidades correspondentes. Por isso, o segredo profissional não é um direito meu, como advogado, e não é um direito do cliente de que dele possa prescindir como pode acontecer no "legal privilege". O cliente até me pode dispensar, mas diante do sistema estou sempre obrigado a manter o segredo. Há uma responsabilidade perante o sistema.

Nas várias fases que vivi dentro do CCBE, houve uma grande evolução da advocacia sobretudo continental.



D.

A Advocacia.

Começou com um escritório em nome próprio e depois passa para a PLMJ. Porque é que aceitou? Muito em função das ambições da geração mais nova que comigo trabalhava.

Não das suas? Não. Já não tinha ambições pessoais desse ponto de vista.

Ainda conseguiu crescer depois de ter entrado na PLMJ? Do ponto de vista pessoal e profissional, seguramente, porque aprendi imenso numa sociedade como a PLMJ. Não tenho dúvida nenhuma de que o mundo profissional vivido dentro uma organização como a PLMJ está a anos-luz de uma sociedade que eu achava interessantíssima, com colegas muito qualificados e muito respeitados na cidade e com quem eu gostava muito de trabalhar. Aliás, eu não tinha sequer noção quando entrei para a PLMJ da distância a que estava um escritório de 30 pessoas da cidade do Porto de uma sociedade com a dimensão, com a organização e estrutura da PLMJ.

Acha que o futuro está nas grandes marcas? Ainda vai haver espaço para os escritórios de prática individual ou prática em pequenos grupos? Não, eu acho que o mercado é segmentado. Há um certo tipo de operações e de negócios que tenderão a ser

quase totalmente absorvidos pelas grandes sociedades. E há depois interesses, conflitos e problemas que são eventualmente mais bem tratados por organizações mais simples e mais próximas do cliente final. Acredito menos na prática puramente individual.

Ou geograficamente muito remotas? Sim. Mas acho que só a nível do heroísmo é que imagino a atividade em prática individual. Porque, de facto, é muito difícil hoje alguém que tenha o sentido das responsabilidades assumir sozinho uma prática, exceto se for “ultra-especializada” e se assumir que só trabalha nessa área que está especializada. Porque responder com mínimo de qualidade à procura que possa acontecer a nível de um escritório protagonizado por um só advogado ou mesmo por dois, parece-me excecionalmente difícil e arriscado. Mas se for um pequeno agrupamento de advogados já acho que é perfeitamente possível e tem inclusivamente algumas vantagens.

Mais liberdade? Sim, em relação ao cliente e em relação à vida individual do advogado.



D.

Uma pergunta um bocadinho indiscreta: o que é que o fez trocar uma casa de mais de uma década pela VdA? Por razões muito prosaicas. Eu tinha um acordo com a PLMJ no sentido de terminar a minha vida dentro da PLMJ no ano em que completava os meus 75 anos e o final da minha participação na PLMJ estava perfeitamente definido. Entretanto, recebi um desafio irrecusável da VdA para prolongar a minha vida profissional, o que eu ambicionava, e aceitei.

Qual é que prefere? A única coisa que posso dizer é que a qualidade do ambiente humano e o nível profissional que se vive dentro da VdA não tem comparação com o de nenhuma das organizações paralelas que eu conheça em Portugal.

Então recomenda a VdA a um aluno finalista? Recomendo muito vivamente a VdA como destino para quem queira ser feliz na advocacia e de quem se quer realizar ao mais alto nível na profissão.

Acha que a Ordem dos Advogados tem sabido saber acompanhar os tempos?

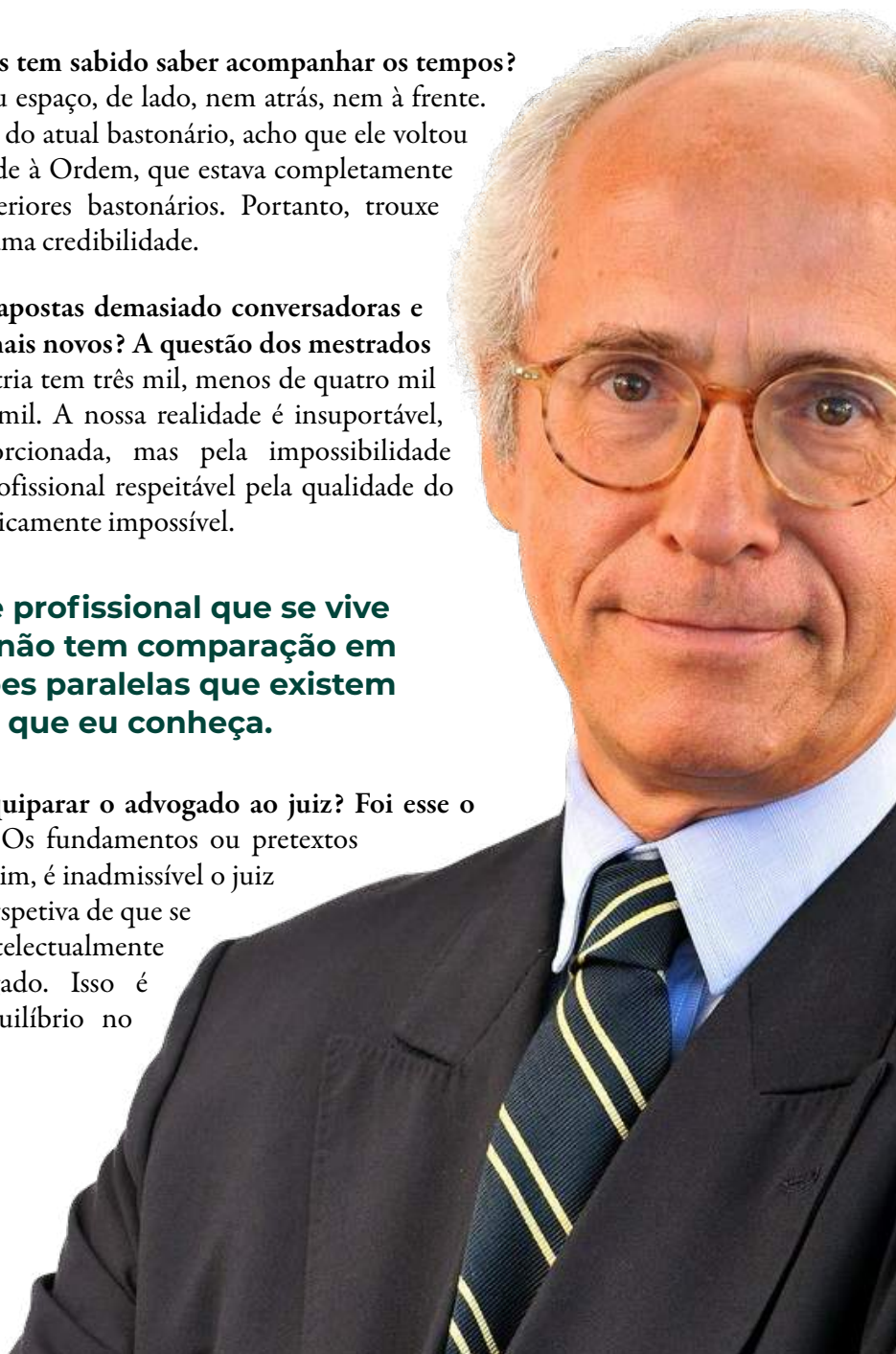
Eu acho que tem estado fora do seu espaço, de lado, nem atrás, nem à frente.

Eu tenho um juízo menos negativo do atual bastonário, acho que ele voltou a trazer um mínimo de credibilidade à Ordem, que estava completamente devastada pelos dois ou três anteriores bastonários. Portanto, trouxe algum peso, alguma influência, alguma credibilidade.

Não acha que têm feito algumas apostas demasiado conversadoras e que afastam, nomeadamente, os mais novos? A questão dos mestrados obrigatórios, por exemplo. A Áustria tem três mil, menos de quatro mil advogados, nós temos trinta e tal mil. A nossa realidade é insuportável, não pela concorrência desproporcionada, mas pela impossibilidade objetiva de criarmos uma classe profissional respeitável pela qualidade do serviço que presta. É objetiva e tecnicamente impossível.

(...) o ambiente humano e profissional que se vive dentro da VdA julgo que não tem comparação em nenhuma das organizações paralelas que existem em Portugal, pelo menos que eu conheça.

Então mas o argumento não é equiparar o advogado ao juiz? Foi esse o argumento publico apresentado. Os fundamentos ou pretextos não sei quais vão ser. Agora, para mim, é inadmissível o juiz poder olhar para o advogado na perspetiva de que se considere profissionalmente e intelectualmente mais apetrechado que o advogado. Isso é insuportável. Isso cria um desequilíbrio no



D.

processo judicial, inviabiliza um saudável funcionamento do tribunal. Confesso que não sei qual é a solução, qual é o caminho, mas tem de ter sempre presente o sentido da qualidade e a exigência dos valores. Sem isso não há sistema de justiça! Não podemos evoluir num sistema de justiça onde a malandrice, a golpada, o artifício processualista paguem. Não pode ser! Uma coisa sobre a qual não se fala e contra a qual eu previno, é a relação com a mentira, com os testemunhos mentirosos. Um tipo que diz uma mentira, num tribunal inglês, vai dentro, pode ser deputado, pode ser o escritor mais consagrado, pode ser um artista ou um ator conhecido, vai dentro na hora. Nós, infelizmente, temos um sistema judicial que convive com e desculpa a mentira. Tanto o juiz, como o advogado, percebem que a testemunha está a mentir, mas se não houver mais ninguém a contrarie, ou que ajude o juiz a concluir o contrário, ele acaba a aceitar que aquela declaração funcione como prova deste ou daquele facto. Essa banalização e complacência com a mentira em tribunal é, do meu ponto de vista, uma das mais graves deficiências do nosso sistema.

Não podemos evoluir num sistema de justiça onde a malandrice, a golpada, o artifício processualista paguem, não pode ser!



D.

Em retrospectiva.

Consegue imaginar-se completamente retirado da advocacia? Reformado, começo a considerar.

E sente-se tranquilo com isso? Até há um ano, não. Tinha a maior dificuldade. De facto, assustava-me muito parar completamente com a advocacia. Um advogado como eu, que começou generalista, embora excluindo duas ou três áreas do Direito, como o fiscal e o criminal, hoje em dia tem a percepção do tanto que não sabe. Portanto, torna-se cada vez mais difícil assumir que ainda estou nas melhores condições para continuar a operar e tenho a sensação que se aproxima o momento em que devo parar.

E o que lhe falta fazer? Gostava de escrever algumas coisas sobre as quais tenho refletido ao longo da vida.

Escreveria um livro de memórias? Não, não. Esse livro não. A esse nível, talvez gostasse de deixar algumas notas aos meus netos, sobre as muitas coisas interessantes que fiz ao longo da vida.

Vive muito preocupado com a ideia de legado? Não, acho que não tenho direito a pensar que tenho um legado para deixar. Bastar-me-ia parar com a sensação de que honrei a toga do meu Pai, que passei a usar desde que ele partiu em 1980.

E que mais lhe apraz a dizer? No dia em que terminar a minha vida profissional, levo a ideia de que fui muito bafejado pela sorte e pela proteção divina. Tive oportunidades extraordinárias de fazer coisas e de ajudar a organizar coisas. Não conheço o juízo que sobre mim fazem os Colegas que comigo trabalharam, nem o da sociedade em geral. Mas acabarei, ao menos, com a ideia de que realizei um pouco mais do que aquilo que pensei ser capaz de realizar. Confortável comigo próprio.

Orgulhoso? É demais, isso não. De bem comigo próprio, acho que já é razoável. E suficiente.

D.

A TEORIA DE TUDO

Há séculos que os físicos buscam incessantemente pela famosa “*theory of everything*”. Por esta entende-se uma estrutura matemática capaz de explicar todos os fenómenos físicos e unir as 4 forças fundamentais (gravidade, *weak force*, *strong force* e força eletromagnética). Munidos de lápis e calculadora, os gigantes da física têm dedicado a sua vida a tentar unir tudo aquilo que experienciamos numa só equação.

Físicos e Juristas podem parecer seres de mundos diferentes que em nada se compatibilizam. No entanto, por vezes, nós, homens das leis, não paramos para pensar que talvez tenhamos chegado mais longe do que os físicos alguma vez chegaram.

(...) nós, homens das leis, não paramos para pensar que talvez tenhamos chegado mais longe do que os físicos alguma vez chegaram.

Olhemos para o código civil. Embora tenha as suas falhas, a verdade é que por vezes não paramos para apreciar a genialidade por detrás do esqueleto civilista. Nós, juristas, somos munidos de um código que nos permite explicar e justificar as relações jurídicas existentes entre todos os seres humanos. Por vezes temos o hábito de dizer “a incompetência do legislador”, contudo, falhamos em apreciar a grandiosidade que é o sistema colossal de normas. Graças à genialidade de alguns de nós, temos, neste momento, instrumentos que permitem justificar a grande maioria das relações juridicamente relevantes entre os seres humanos.

Nós, juristas, somos munidos de um código que nos permite explicar e justificar as relações jurídicas existentes entre todos os seres humanos.

D.

Olhemos, também, para as viagens no tempo. Há vários séculos que os engenheiros, físicos e matemáticos tentam decodificar o segredo para viajar no tempo. No entanto, nós juristas já decodificámos, há anos, como o fazer. Quando falamos em retroatividade dos efeitos (ou a sua destruição), temos a tendência de cair numa rotina que, pela sua natureza, nos faz deixar de valorizar os impactos deste sistema. Se observarmos, por exemplo, o contrato para pessoa a nomear, vemos que um dos agentes envolvidos viaja, por via do direito, pelo tempo. Neste caso, há dois agentes que celebram um contrato com cláusula para pessoa a nomear (o promitente e o promissário). No momento em que, por exemplo, assinam o contrato, os agentes, de um ponto de vista meramente físico, são apenas aqueles que estiveram presentes na sala onde se assinou o contrato. No entanto, através da magia do Direito, vai haver um terceiro agente que, após a nomeação regular, vai assumir a posição de um dos agentes. Este terceiro que em momento algum esteve envolvido na celebração do contrato inicial vai viajar no tempo e será tido como tendo sido o contraente original.

Há vários séculos que os engenheiros, físicos e matemáticos tentam decodificar o segredo para viajar no tempo. No entanto, nós juristas já decodificámos, há anos, como o fazer.

Outro exemplo disto são os deveres laterais. Durante diversos anos Einstein falava, quase delirantemente, do “éter”, ou seja, de um meio não perceptível para o ser humano através do qual a luz viajava. De um ponto de vista medieval, este éter era tido como algo que ligava todas coisas físicas e materiais. Embora este canal fantasioso tenha sido refutado através de inúmeras experiências, a verdade é que o Direito conseguiu provar a sua existência. Estes deveres laterais foram, pela primeira vez, afirmados pelos tribunais alemães e disseminados entre nós por Carlos Mota Pinto e Galvão Telles.

Embora este canal fantasioso tenha sido refutado através de inúmeras experiências, a verdade é que o Direito conseguiu provar a sua existência.

Os deveres acessórios de conduta são baseados na boa fé ou são impostos por esta. Mais interessante ainda, devemos entender que podemos ter deveres laterais sem nunca se vir a formar um contrato, antes de se formar um contrato, depois de se formar um contrato, na negociação de um novo contrato, etc. De uma forma algo matemática, estes deveres ligam-nos, nas circunstâncias certas, uns aos outros. A minha entrada num centro comercial liga-me, automaticamente, como se de um entrelaçamento quântico se tratasse, ao dono desse centro comercial (sujeita-o, por exemplo a deveres de proteção e cuidado).

D.

A minha entrada num centro comercial liga-me, automaticamente, como se de um entrelaçamento quântico se tratasse, ao dono desse centro comercial (...).

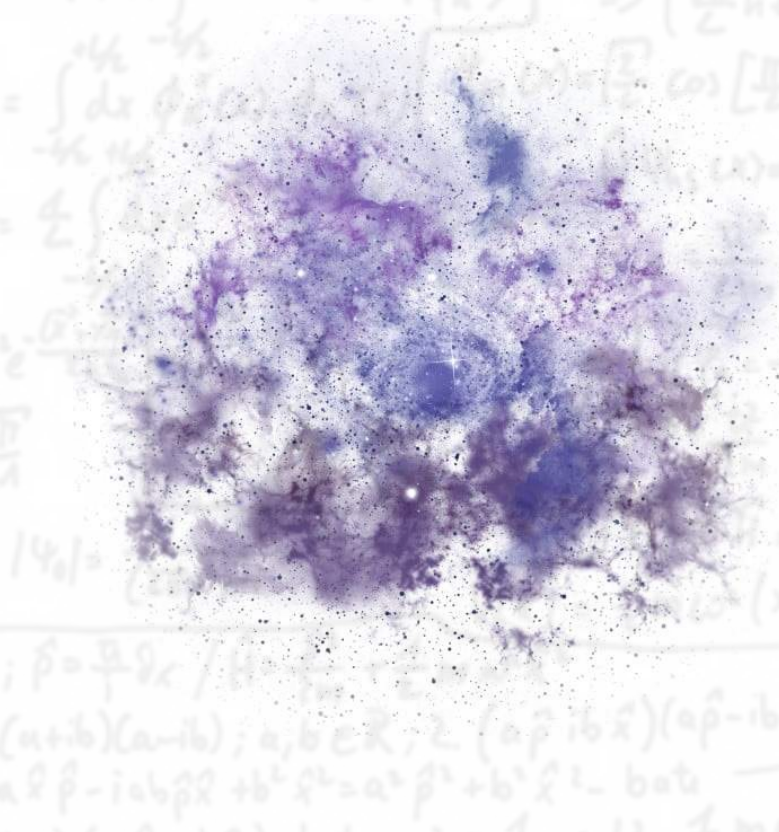
Por último, pensemos na ligação entre as normas em vigor. Na física quântica há um fenómeno que é comumente designado por entrelaçamento quântico. Este é, talvez, o fenómeno mais estranho da mecânica quântica, uma vez que nos demonstra que duas ou mais partículas, ligadas de determinada forma, ficam ligadas irremediavelmente, independentemente da distância a que se encontrem umas das outras (acrescente-se, ainda, que qualquer alteração/modificação de uma dessas partículas, vai se repercutir nas partículas às quais aquela estava ligada).

Se olharmos, por exemplo, para o código civil com olhos de ver, iremos conseguir observar um ganhar vida das diferentes normas. Se prestarmos atenção, estas normas vão estar interligadas, como peças de um puzzle, umas às outras de forma irremediável; a ligação é de tal forma intensa que a alteração/modificação de uma dessas normas, vai-se repercutir nas normas às quais aquela estava ligada. Um exemplo disso será a Lei n.º 61/2008. A remoção da culpa do instituto do divórcio afetou o regime todo do Livro IV (por vezes até tornando determinadas normas inúteis, *vide* artigo 1933.º, n.º1, al. f)).

Com isto tudo vemos o espetacular e colossal trabalho dos anteriores juristas que trabalharam, incansavelmente, para uma teoria geral de tudo. Termina este texto com a seguinte frase de Isaac Newton *"If i have seen further than others, it is by standing upon the shoulders of giants"*.

Tomás Carvalho Guerra

ALUNO DE DIREITO DA CATÓLICA NO PORTO





D.

CONVERSAS NO PORTO

com Lourenço Quintão

Aluno de Mestrado em Direito Fiscal na Católica no Porto

Porquê a poesia e não outra coisa?

A poesia aparece quando eu tinha cerca de 12 ou 13 anos com o Mário Cesariny, com a “Pena Capital”, que foi o primeiro livro de poesia que li. Claro que, com essa idade, não percebia rigorosamente nada do que o Cesariny escrevia. A partir daí, as coisas foram-se densificando. Mais tarde, descobri a poesia do Manuel de Freitas -que é, talvez, até agora, o poeta da minha vida.

Curiosamente, nunca consegui ler muita prosa, mas poesia sim. De alguma forma, nos últimos anos, a poesia permitia-me sair do texto corrido habitual nos manuais de Direito. Passava o dia a estudar, a ler textos densos, como por exemplo Antunes Varela, chegava a casa e lia poesia como uma forma de evasão. Cheguei a um momento em que

comprava bastantes livros de poesia, estava a ler muito e comecei, também por incentivo dos meus editores, a escrever. Foi um processo natural.

A verdade é que é-me completamente indiferente o que eu queria dizer nos meus poemas, gosto é que o leitor me diga o que leu ali, o que é que o poema o fez sentir (...).

No fundo, começaram a surgir palavras nas imagens: os objetos deixaram de ser apenas objetos e tornaram-se palavras. Diria que como para muitos escritores de poesia houve um instante onde as leituras deram lugar à criação de uma própria voz poética.

D.

Já está tudo dito?

Dizia Manuel António Pina, parafraseando T.S. Elliot, que as alternativas que restam a quem chega demasiadamente tarde são copiar ou roubar. Para Pina, os poetas fortes roubam, os poetas fracos copiam. A outra alternativa que resta, a mais sensata, talvez seja ficar calado.

De facto, chegámos todos um bocadinho tarde para o mundo e tendo chegado um bocadinho tarde, a maioria das coisas já estão escritas. Já todos os poetas escreveram sobre o amor, sobre quase todos os objetos... o que nos cabe a nós, que viemos depois e temos tudo atrás para ler, é pegar no que está escrito e transformá-lo em algo novo: sermos ladrões.

Como é que funciona o teu processo criativo? Quando escreves tens inspirações premeditadas ou acaba por ser visceral e impulsivo, como entendia Bukowski?

Não sou um escritor particularmente visceral, o que me acontece é ver um determinado objeto e surgir-me uma estrofe ou um verso. Por exemplo, em “É curioso, / não achas? / A rudeza de uma camélia morta” eu vi, efetivamente, uma camélia morta no chão e achei que era rude. Talvez a interrogação venha das minhas leituras de Pablo Neruda, que tem uma capacidade forte de, através da questão, colar o leitor ao poema.

O que se lê no meu livro é o que o leitor diz que se lê, o que eu leio é outra coisa.

Por vezes, faço, também, o exercício de ir construindo os meus poemas com outros livros ao lado - roubo palavras, fico com os restos dos outros poetas que leio. Recente-

mente, escrevi, em tom de brincadeira, dois poemas ou espécies de epígrafe sobre isto. Um deles diz: “EU:/ que corro com as meias todas na mão, / fui acusado de comer restos de palavras.”. O outro, que dediquei ao Nuno e ao Francisco, editores da Fresca e livreiros da *Poetria*, segue: “Como muitos livros, / e raramente faço versos.”. Muitas vezes procuro, ainda, comunicar diretamente com outros poetas – no “tudo isto é um pouco...” falo com uma fase específica do Pina, onde há um grande questionamento existencialista, uma obsessão com o sentido da vida. Outro método ou técnica, se quiseses, pode ser o mero exercício de inspiração, como em “Longas praias/ de areia vulcânica, / tuas pernas”, onde me baseio nos poemas do poeta açoriano Emanuel Jorge Botelho.

Os poetas devem ser boas pessoas?

O poeta brasileiro Roberto Piva, com algum humor, dizia que só acreditava em poetas experimentais que tivessem vida experi-mental. E sim, de facto a vida de um escritor influencia o que ele escreve, mas não acredito que as suas características ou convicções pessoais relevem para a análise da qualidade do que escreve – nem acho que devam. Acho mais interessante a visão de que a poesia nos permite partir a vida.

É importante que o leitor conheça quem escreve?

Para a maioria da poesia contemporânea, é irrelevante. Na medida em que a partir do momento em que está escrito, o que passa a interessar é o que o leitor lê: há uma transmutação. Acho que interpretar poemas tendo por base interpretativa o que o poeta quis dizer é um erro – não acredito em

D.

leituras orientadas. A verdade é que é-me completamente indiferente o que eu queria dizer nos meus poemas, gosto é que o leitor me diga o que leu ali, o que é que o poema o fez sentir, das leituras apriorísticas. Como leitor, tenho a convicção de que os poemas não falam connosco porque sabemos o que o poeta quer dizer, mas porque há uma certa fase da nossa vida onde certo poema faz sentido. Claro, há uma série de outras leituras que podem surgir, quanto a qualquer obra artística, principalmente quando essa obra se refere a um determinado contexto específico.

Na concepção de leitora, identifico três grandes pilares ao longo do teu livro “Problema Pulmonar”: infância, natureza e paixão, parece-me. É seguro entendê-lo dessa forma?

O que se lê no meu livro é o que o leitor diz que se lê, o que eu leio é outra coisa. Não sou a pessoa indicada para estabelecer os pilares do meu próprio livro, isso cabe ao leitor.

Maria Luís Gaspar

EDITOR IN CHIEF NO PORTO

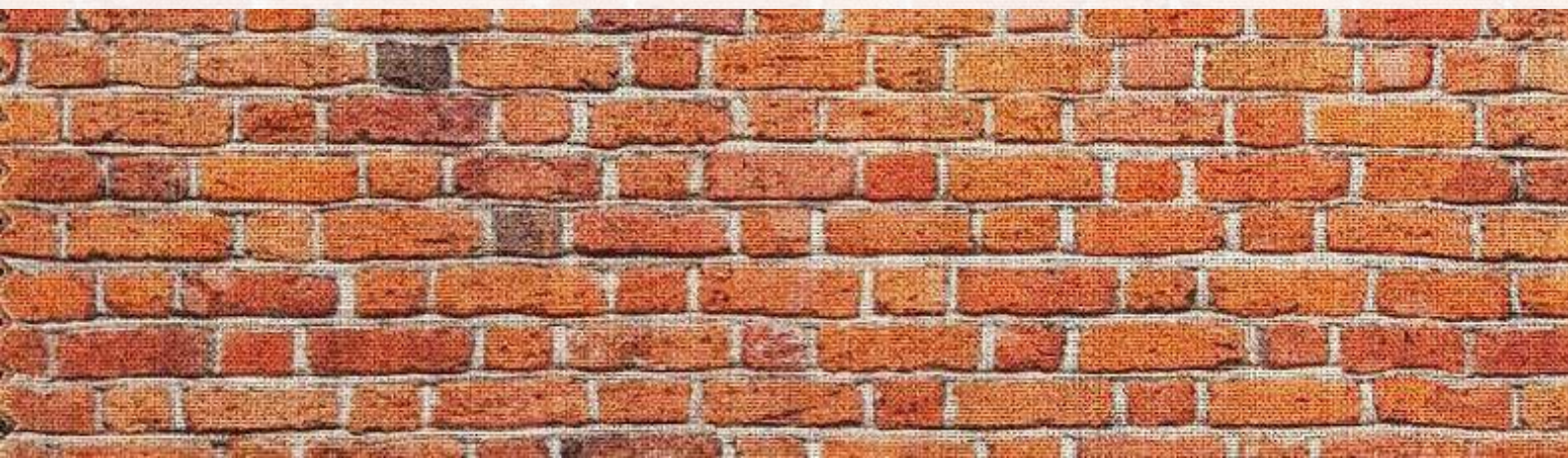
Para que é que serve a poesia?

Para rigorosamente nada (em tom jocoso). A ideia que tenho é que no contexto ocidental a poesia já pôde servir um propósito. Hoje ela não é um meio para chegar a um fim: é um fim em si mesmo. Lembro-me de ouvir a Ana Luísa Amaral, numa conferência, entre gargalhadas, dizer precisamente o mesmo. O que eu digo não é nada de novo. E vá, eu nem adoro estes grandes chavões, até porque para mim a poesia é importante.

Ao mesmo tempo, o Jonas Mekas dizia que no fim, as civilizações caem porque ouvem os seus políticos, e não os seus poetas. Acho uma ideia marcante: o poeta retrata a realidade com alguma abnegação; ele acaba por se retirar do poema quando o deixa para os leitores.

E, de facto, aqui, acredito que deixa de existir apenas a realidade do poeta e passam a existir tantas realidades quantos leitores existirem: uma imagem em espelho infinito.

Como escreveu o Pina: “(...) Tudo é tudo ou quase tudo / e nada é a mesma coisa. / Na realidade são tudo coisas indiferentes. / (Imagens... Imagens... Imagens) (...)”



D.



CALA-TE E ESCRIVE

Escrita é antes de mais, uma forma de expressão. Através desta atiramos pensamentos, empurramos para fora emoções e ainda disparamos absurdas quantidades de matéria aos exames – simples, parece-nos. E pode continuar a ser simples, no sentido em que meramente transmite o que pensamos, sentimos e o que nos valha. Mas pode ser tão mais do que isso, começando pelas palavras introdutórias, colocar-lhes-emos uns porquês e um único para quê.

Porque escrever não só transmite, elucida. Uma escrita clara e coerente, quer nuns apontamentos, quer num manual ou poema leva-nos além do escrito, elucida-nos quanto ao autor, porque até o maior dos fingimentos poéticos tem dificuldade em imitar compreensão... Porque quando compreendemos algo é sem esforço que o explicamos a uma criança, nem que seja por gestos e desenhos. Isto é surpreendentemente evidente quando pedimos a alguém, “posso-te ligar?” ou “prefiro falar em pessoa”, por que raios?! É claro como um relâmpago na noite escura.

Uma escrita clara e coerente (...) leva-nos além do escrito, elucida-nos quanto ao autor, porque até o maior dos fingimentos poéticos tem dificuldade em imitar compreensão.

A escrita manda ponderar. Se estamos emocionalmente dispersos e longe da paz, nem queremos escrever sobre isso. Se fôssemos escrever nesse momento, ia ser angustiante, impreciso e pior de tudo, ia doer... mas far-nos-ia pensar bem sobre o assunto, de modo a descrevê-lo – há aqui no meio uma belíssima tangente sobre o perfeccionismo, se a nossa fidelidade (ao ideal) for alta demais é árduo trocar o que fazemos na realidade pelo quão belo era na nossa imaginação, será desistir de um final feliz?

Ah! Finais, colocar termos às coisas. Acredito profundamente escriturar funerais, nada além, nada menos. Este ano morreu família, ardeu onde vivi na Serra da Estrela e mil outras facadas que não tiveram, nem devem ter tempo de antena. Porquê? Porque o X marca o lugar. Tinta no papel e tudo deixo, enterrado e em paz... morreu ponto.

Ah! Finais, colocar termos às coisas.

D.

Porquê? Por mais miserável que estejas, escreve. O teu cansaço e memória cicatrizada são pesos encadeados. Escreve, afunda esse caixão, e não te tentes a nele adormecer. Se não consegues escrever, sabes o que tormenta? Tens de descobrir. Amputar pela raiz e despejar um bom lote de lixívia onde estava o teu aparente tumor. E a partir do momento que *podes* escrever e realmente agarras o que te agarra, consegues sentir e lentamente escrever em detalhe, o porquê de algo te tocar de tal maneira – isto é voltar ao escrever-compreender para rasgares a complexidade daquilo que morde, espero que sorrias na luz do teu túnel.

Porquê? Por mais miserável que estejas, escreve.

Lavra terreno, semeia escrita e espero que consigas resolver o teu problema, caso contrário podes precisar mais do que café e autoanálise. Isto não é terminal – falo por mim à procura de ajuda. Pode ser um caso onde sabes exatamente aquilo que te tormenta, mas não o podes alterar ou sentes-te longe da força para decidir sobre isso. E mesmo aqui vem a escrita como cavaleira da salvação. Quer te ice velas para navegares a risco próprio e encarnares as tuas próprias consequências ou te alivie, ilumine e te convide surfar em calmas praias ... escreve!

Lavra terreno, semeia escrita e espero que consigas resolver o teu problema, caso contrário podes precisar mais do que café e autoanálise.

Porquê? Porque a escrita torna-nos mais precisos, não só na maneira como escrevemos, mas no pensamento, fala e o que daí deriva, ação. Uma pessoa assevera e melhor executa uma carta de amor ou sentença judicial. Todos pensamos, todos rebolamos na cascata de pensamentos inacabados, malformados e nem sequer convidados para os nossos dias e a escrita vai polindo-nos. Vai polindo até ir atenuando os brutos cortes que nos moldaram até aqui! Vai polindo e polindo e polindo até restares tu.

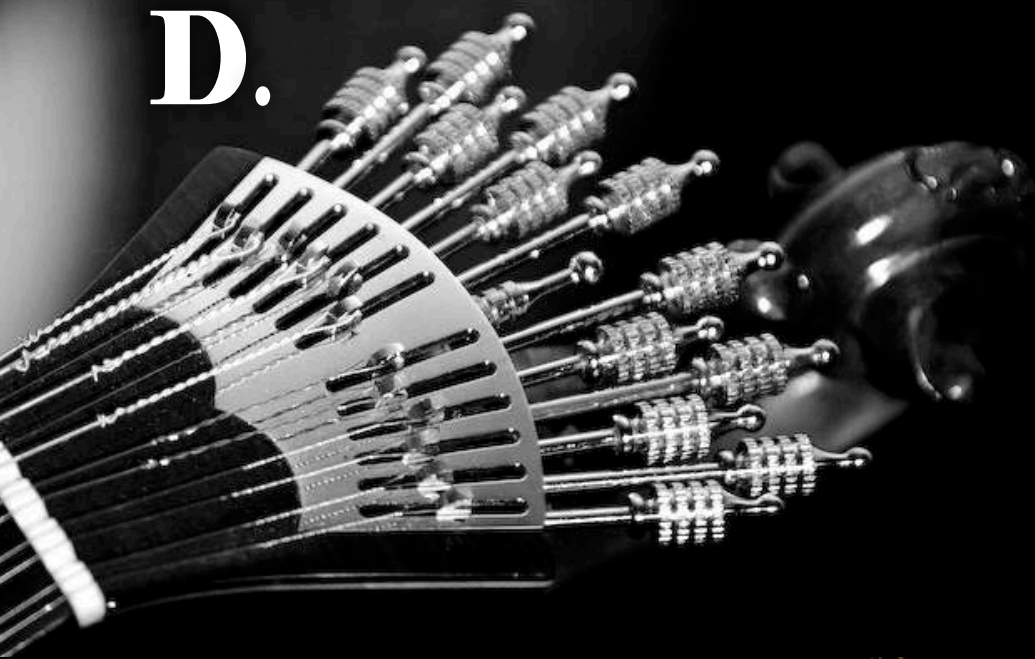
Porque paras para escrever, para ver se viste e para ires ver como vais viver.

Para quê viver se não escreves?

João Costa

ALUNO DE DIREITO DA CATÓLICA NO PORTO

D.



ARTE
em destaque

D.

Marta Pereira da Costa

a primeira mulher a tocar profissionalmente guitarra portuguesa



Comecei a ter consciência da responsabilidade de ser a primeira mulher a tocar guitarra portuguesa no fado quando realmente me começaram a fazer essa pergunta, e para a qual me convidam a escrever hoje.

Conheci a guitarra portuguesa pela mão do meu pai que é um apaixonado por Fado e pelo som da guitarra portuguesa, e que sempre me disse que gostaria muito que eu a tocasse. Comecei a aprender sem saber muito sobre o instrumento e rapidamente fui sentindo uma vontade cada vez maior de conhecer e aprender mais, os seus guitarristas e as suas guitarradas, e sobre o Fado e os seus fadistas. Fui-me apaixonando a cada aula, a cada noite de fados que assistia e mais tarde que participava, tudo era novidade e a vontade de absorver toda a experiência e ensinamentos era enorme.

(...) fui sentindo uma vontade cada vez maior de conhecer e aprender mais, os seus guitarristas e as suas guitarradas, e sobre o Fado e os seus fadistas.

D.

Desde que me lembro que tenho o sonho de seguir música. Foi inicialmente com o piano que toco desde os 4 anos e mais tarde quando descobri a guitarra portuguesa com a guitarra. Licenciiei-me em Engenharia Civil, exerci 8 anos, e ao longo deste tempo sempre me faltou a coragem para seguir o caminho que realmente queria. Mas o sonho de fazer da música a minha vida sempre me acompanhou e era uma questão de tempo para dar o passo, ainda não estava preparada para arriscar.

(...) mas o sonho de fazer da música a minha vida sempre me acompanhou e era uma questão de tempo para dar o passo.

Seguir a carreira de músico em Portugal é desafio para audazes, pois as certezas são poucas e as oportunidades ainda menos. E é preciso querer muito e ter uma paixão e um amor à música muito grandes. Para além de que é necessário não só tocar, estudar, trabalhar, mas procurar concertos, divulgar, ir atrás de oportunidades, desenvolver projectos. Pode haver meses bons e meses menos bons e o futuro por mais que se construa é incerto. A pandemia confrontou-nos com essa realidade na forma mais dura.

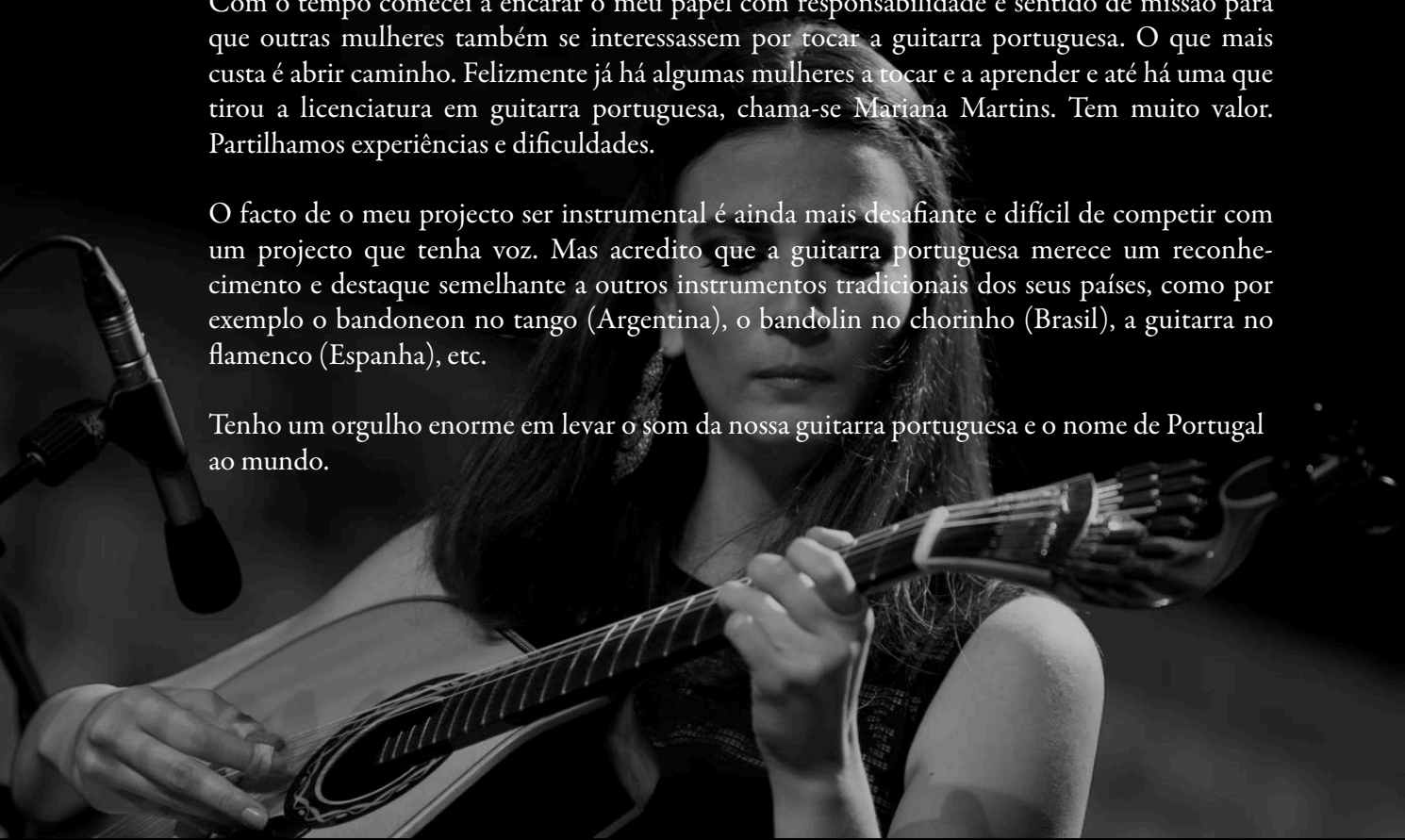
O facto de ser mulher num mundo de homens, começou por ser visto como uma curiosidade, com as suas vantagens e desvantagens. Era novidade mas também havia alguma desconfiança por parte dos mais preconceituosos, que comentavam que apenas teria trabalho por causa da minha imagem, desvalorizando todo o meu trabalho e dedicação para apresentar em palco um projecto de qualidade. Senti que tinha que provar muito mais e queria fazê-lo.

O facto de ser mulher num mundo de homens, começou por ser visto como uma curiosidade, com as suas vantagens e desvantagens.

Com o tempo comecei a encarar o meu papel com responsabilidade e sentido de missão para que outras mulheres também se interessassem por tocar a guitarra portuguesa. O que mais custa é abrir caminho. Felizmente já há algumas mulheres a tocar e a aprender e até há uma que tirou a licenciatura em guitarra portuguesa, chama-se Mariana Martins. Tem muito valor. Partilhamos experiências e dificuldades.

O facto de o meu projecto ser instrumental é ainda mais desafiante e difícil de competir com um projecto que tenha voz. Mas acredito que a guitarra portuguesa merece um reconhecimento e destaque semelhante a outros instrumentos tradicionais dos seus países, como por exemplo o bandoneon no tango (Argentina), o bandolin no chorinho (Brasil), a guitarra no flamenco (Espanha), etc.

Tenho um orgulho enorme em levar o som da nossa guitarra portuguesa e o nome de Portugal ao mundo.



D.

CINEMA

A importância do ...

A quando de escrever acerca da área de formação em cinema ou mesmo das suas repercussões, algo que me foi pedido, poder-se-ia citar o despreocupado Pedro Adão e Silva: “Nós não podemos ter como ambição acabar com todos os vínculos precários na cultura, acho que isso não é desejável. Há profissões, há funções, que pela sua natureza têm que manter esta possibilidade de manter vínculos precários, a precariedade em muitas situações não é um mal absoluto”. Seria fortuito falar de mil coisas acerca das várias áreas de índole artísticas claro, mas a partir do momento em que o engenhoso do Ministro da Cultura, para além de não defender a mesma se ousa a dizer que a precariedade na área, que deveria ser o seu baluarte, não é um mal absoluto faz aqui uma boa representação de como os Excelentíssimos tratam a identidade do seu povo.



D.

É preciso recordar o quanto mais possível que a cultura não é apenas arte, a arte é cultura. A cultura está em todo o lado, desde a terra até nós, e, portanto, quando se ouvem tais coisas vindas daquele que é um representante oficial da cultura portuguesa e portanto (relembro) da sua identidade, como é que podemos esperar que uma área como o Cinema tenha a desenvoltura necessária para poder circular entre as pessoas que habitam o próprio país.

É preciso recordar o quanto mais possível que a cultura não é apenas arte, a arte é cultura.

Não deixa de ser interessante que haja uma constante curiosidade em relação ao meio, como não há para tantos outros, há sempre aquela ideia implícita de que se envolve imagens envolve algo “giro”. Mas as imagens (implicando também as imagens em movimento) estão em todo o lado e em toda a nossa experiência estética. Delas surgem ideias, delas surgem imposições de pensamento e de representação social e cultural e, portanto, é (a meu ver) do maior interesse de todos que exista quem trabalhe nelas e quem viva delas sem ter que ser a jovem Carmen a quem João César Monteiro dá umas notinhas “para pagar as propinas” n’A Comédia de Deus (1995), dada à dita precariedade.

Apesar de tudo, gritar para um sítio não resolve uma questão que passa por vários. Que não se confunda indignação com generalização. Mas ecoa, por entre uma diáspora que parece ser desejada por alguns e uma ignorância que coloca vibrações no túmulo de muitas gentes. E quanto aos “Pedro Adão e Silva” destas vidas: haja consciência.

Apesar de tudo, gritar para um sítio não resolve uma questão que passa por vários.



João Mendes Pinto

ALUNO DE CINEMA DA CATÓLICA NO PORTO

D.



AS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES

DA CATÓLICA EM LISBOA

D.



O propósito da Associação Académica é, indubitavelmente, contribuir para as melhores propostas pedagógicas, tendo presente o discernimento comum que nos une enquanto membros da Casa que é a Faculdade de Direito, Escola de Lisboa: de que aqui se encontram reunidas as condições para uma formação de excelência, com o rigor e disciplina que edificam a liderança do amanhã.

Ressalte-se que, não obstante a promoção de atividades de integração, bem-estar e apoio académico, aliadas a um forte investimento na internacionalização, a Associação não deixa de marcar a tónica sobre temas sociais prementes como o alojamento e o acesso igualitário a um Ensino Superior de qualidade.

Alicerçado no mote humanista “dos alunos, para os alunos”, o associativismo é vivido de dois ângulos distintos: os colegas que recorrem à Associação e esperam, legitimamente, uma representação que honre a respeitabilidade do seu curso e os colegas que procuram um papel mais ativo, moldando-a.

Efetivamente, procuramos ser ágeis no balizamento de prioridades, sábios na formulação de considerações e conciliadores perante o conflito – sempre sob a égide de uma visão progressista e de uma postura estoica perante os desafios que dela emergem.

Em modo de conclusão, a oportunidade de sermos agentes de mudança irrompe a cada dia quando vivemos de um modo consciente e intencional sobre o nosso papel contributivo no Mundo. Nas palavras que Papa Francisco nos deixou na Jornada Mundial da Juventude, em 2013: “Peço-lhes para serem construtores do mundo, trabalhareis por um mundo melhor. Queridos jovens, por favor, não olhem a vida da varanda, entrem nela.” – e que bonito tem sido “entrar na varanda” pela Associação Académica de Direito.

Sofia Barbosa Monteiro

PRESIDENTE DA AADUCP

D.



The European Law Students' Association

UCP LISBOA

Fundada em Viena, em 1981, a European Law Students' Association, ELSA, é hoje considerada a maior associação de estudantes de Direito do mundo sendo que a sua presença e atividade têm vindo a crescer exponencialmente. Atualmente, estamos presentes em mais de 375 universidades espalhadas por 44 países europeus, não sendo nem Portugal, nem a Católica, exceção.

No seu core, a ELSA, visa potenciar a capacidade profissional dos futuros juristas e fomentar a intercomplementaridade dos vários sistemas legais, num espírito de cooperação científica, tendo como visão central pela qual toda a atividade se rege: a busca por *um mundo justo baseado no respeito pela dignidade humana e pela diversidade cultural*.

Assim, e regendo-se sempre por estas palavras a ELSA UCP Lisboa tem como grande e principal missão oferecer aos nossos estudantes de direito uma experiência académica mais enriquecedora e completa, com um contacto internacional e prático, altamente vantajoso no mercado de trabalho. Procuramos ainda contribuir para a formação e crescimento pessoal dos nossos alunos, isto porque, para além dos estudos, é crucial uma participação ativa na comunidade académica, sendo a ELSA mais uma porta onde os nossos estudantes podem bater.

A equipa da ELSA UCP Lisboa existe para servir a comunidade estudantil e os seus associados pelo que tanto a participação como o interesse dos nossos alunos são requisitos fundamentais da nossa atuação. Contamos, por isso, com todos vós para este novo ano letivo, onde vos prometemos oferecer um complemento de excelência à vossa formação académica e pessoal.

Deste modo, em meu nome, e de toda a Direção para o mandato 2022/2023 da ELSA UCP Lisboa, agradeço o amável convite da Diurna para nos estrearmos nesta edição que agora chegou a Lisboa e desejo a todos os estudantes da Universidade Católica Portuguesa um excelente ano, com a promessa de que a ELSA estará sempre aberta a todos.

Maria Borges da Fonseca

PRESIDENTE DA ELSA UCP LISBOA

D.



A Católica Lisbon SU não é uma associação de estudantes qualquer e é incomparável a qualquer outra que exista! Esta associação é composta por pessoas que se consideram uma família que se uniu pelas mesmas razões:

1.º: os valores, aqueles que estão na base da SU: a transparência, o altruísmo, o brio, a autenticidade e a PAIXÃO.

2.º: o lema: #StudentsFirst. Porque o lema diz tudo, colocar os estudantes da Católica-Lisbon SBE como sendo a nossa prioridade, pois tudo o que fazemos é por eles!

Assim, cada membro desta associação trabalha sempre para o bem-estar dos estudantes da Católica-Lisbon SBE, usando-os como base e orientação, para lhes oferecer a melhor experiência académica de sempre sem esperar nada em troca e para que eles sintam que a Católica é a sua 2.ª casa.

A SU é composta por cinco pelouros: Academics, Social Action, Events, Communication e Sports, pelouros que trabalham, tanto individualmente como em conjunto, para fazer acontecer festas temáticas, os nossos míticos BBQ's, a Católica Awards Gala, a SnowTrip, torneios desportivos, iniciativas de voluntariado, o podcast "Almoços Grátis", eventos como o "Unleash Yourself", onde os alunos podem entrar em contacto com grandes empresas, disponibilizar parcerias incríveis e muito mais...

Por fim, destaco que a maior recompensa para qualquer membro da Católica Lisbon SU é ver os sorrisos na cara de todos aqueles que usufruem daquilo que fazemos por eles, pois no fim do dia só isso importa. #StudentsFirst!

Rita Sousa Almeida

PRESIDENTE DA CATÓLICA LISBON SU

D.



No passado mês de maio tomei posse como presidente da Associação Acadêmica do Instituto de Estudos Políticos, com vários anos de experiência associativa, incluindo no próprio Instituto. Eu, e a minha equipa aceitamos este grande desafio que é tomar as rédeas e fazer algo pelos nossos associados. A responsabilidade que rapidamente é incutida faz com que venha ao de cima características que muitos de nós nem se quer sabíamos que as tínhamos. A nossa associação, como qualquer outra que se preze é feita estudantes para estudantes, e maioritariamente por esta razão é que o nosso maior objetivo é tornar o percurso no nosso Instituto um pouco melhor, pois ninguém conhece melhor a vida de um estudante que o próprio.

Num mundo onde a voz jovem é muitas vezes ouvida, mas poucas vezes valorizada, a importância das associações académicas é imensurável. O esforço coletivo por um ensino melhor é historicamente notado dentro do associativismo, e só tem vindo a aumentar.

A vida académica acaba por ser um fragmento imenso da experiência universitária, e cabe a nós, grande parte da sua organização, quase que nos tornando nuns criadores de momentos e fornecedores de gargalhadas. É um peso que carregamos com muito gosto, não fossem estes momentos os nossos próprios, que acabamos por levar connosco para o resto da vida. São estes instantes felizes que contaremos aos futuros estudantes, enquanto a lembrança dos sorrisos que um dia foram trazem esperança para os que ainda os vão colecionar. Acho que é uma maneira bonita de pensar no trabalho que fazemos, e a qual dedicamos tanto do que somos, quase como que, cada estudante do nosso mandato leva-se no seu diploma um bocadinho de nós.

Rafaela Ramos Guimarães

PRESIDENTE DA AAIEP

D.



A AEEEL-ICS-UCP é a Associação de Estudantes da Escola de Enfermagem do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa. Além de sermos uma comunidade pequena somos também muito unidos e acredito que a Associação de Estudantes assume um papel fundamental.

Desde eventos e formações, a Associação convida a comunidade a participar desde o primeiro ano de licenciatura.

A AEEEL ICS UCP tem a missão de unir todos os estudantes e proporcionar um bom ambiente e aproveitamento de todos durante o seu percurso académico.

Para mim, Tatiana Sousa, atual presidente da AEEEL ICS UCP, esta teve um papel essencial na minha integração na vida académica. Foi também aqui que encontrei uma família e onde ambiciono transmitir aos novos estudantes possam ser tão felizes quanto eu sou.

Tatiana Sousa

PRESIDENTE DA AEEEL-ICS-UCP

D.



Uma associação de estudantes, a nosso ver, tem como principal objetivo defender os interesses dos alunos e fazer com que estes se sintam integrados na vida académica.

Ao longo deste mandato, é exatamente isto que a AEFCH pretende realizar. Através do nosso plano de atividades e parcerias, os alunos poderão tornar estes os melhores anos da sua vida.

Fomentar o desenvolvimento moral, cultural e físico dos estudantes através das ações realizadas nos diversos âmbitos, fortalecerá os laços de solidariedade entre a comunidade e ao mesmo tempo perspetivar um futuro profissional que a faculdade lhes dará. Assim, compreendemos que será através da dinamização de diversas atividades que esta realidade poderá ser vivida. Desta forma, o nosso plano de atividades encontra-se bastante desenvolvido, passando por diversas áreas, desde o desporto à saúde mental, tema tão pouco falado e colocado em prática nos últimos tempos.

A voz dos alunos é, para nós, fundamental, de forma a garantir que as suas opiniões sejam ouvidas e assim tornar esta associação na melhor de que a Faculdade de Ciências Humanas já beneficiou.

Este conjunto de medidas será desenvolvido com o objetivo de promover uma experiência académica completa e de qualidade aos nossos colegas, e assim elevar o nome da FCH na comunidade universitária.

Artur Costa

PRESIDENTE ELEITO DA AEFCH

D.

A Vida na Católica



A Universidade Católica Portuguesa lançou, no início do novo ano letivo, uma área no seu website institucional (ucp.pt) dedicada à vida estudantil.

Neste espaço especialmente pensado para atuais e futuros estudantes, a comunidade académica pode conhecer a oferta extracurricular, atividades culturais, desportivas, de voluntariado, e informação sobre associações de estudantes, clubes e eventos dos 4 campi da UCP.

Esta área está dividida em seis secções: Os Campi; Associações e Clubes de Estudantes; Cultura; Desporto, Saúde e Bem-Estar; Desenvolvimento Profissional e Responsabilidade Social e Espiritualidade.

Fique a conhecer aqui a nova área: www.ucp.pt/vida-na-catolica.

D.

Os PREFERIDOS

Agostinho Guedes

Livro favorito? **É-me muito difícil nomear apenas um livro, dado que já devo ter lido dezenas de milhares de livros, sendo que alguns deles me deixaram marcas muito fortes (principalmente no fim da adolescência e início da idade adulta); ultimamente, o livro a que tenho regressado muitas vezes tem sido "Pensar, depressa e devagar" de Daniel Kahneman; em breve tenciono ler "Ruído" do mesmo autor. Nos livros de ficção tenho mais preferências de autores do que de livros, como David Lodge ou John Grisham.**

Viagem de sonho? **Não tenho propriamente uma viagem de sonho, mas tenho uma lista de viagens ainda por fazer: Nepal (Himalaias), Terra do Fogo, Alasca, Antártida.**

Na secretária o que nunca falta? **O meu MacBook.**

Primeira coisa que faz ao acordar? **Desligar o despertador. Depois bebo um sumo de laranja feito no momento.**

Para começar bem o dia, o que não pode faltar? **O pequeno-almoço.**

Primeira coisa que faz ao chegar a casa? **Tiro todas as coisas que possa ter nos bolsos (no casaco ou calças), tiro o relógio e ligo a televisão.**

Como ocupa os tempos livres? **Leio, vejo cinema, faço exercício físico, faço montanhismo e alpinismo, ouço música, saio com os amigos. Quando tinha mais tempo, ainda tocava guitarra e jogava jogos de computador. Nos próximos tempos, tenciono escrever.**

Lema de vida? **Ser feliz, ajudando os outros a serem felizes.**

Se pudesse escolher outra profissão, qual seria? **Gosto muito do que faço e não sinto falta de ter outra profissão, mas se tivesse de escolher, talvez músico profissional.**

Tema da atualidade que mais o fez pensar esta semana? **Tenho andado a pensar na necessidade de alterar a forma de fazer política em Portugal. Ao mesmo tempo, tenho andado a pensar na melhor estratégia para fazer com que os alunos não esqueçam o que aprenderam ao fim de alguns meses.**

Mudar um aspeto em Portugal? **A forma de fazer política, com menos mentira, mediocridade, cobardia e corrupção, e mais verdade, ambição, coragem e dignidade.**

Apelidado de "Padrinho" do Jornal **Diurna.**, o Professor Agostinho Guedes marca, invariavelmente, a chegada dos novos alunos, no 1º ano. Desta vez, por estar afastado das aulas enquanto escreve, decidimos que seria esta a forma de o apresentar.

D.

O DIURNA.

DA CATÓLICA NO PORTO À CATÓLICA EM LISBOA

Quando em 2020 nos dedicámos à ambição de criar um Jornal Académico abrangente e plural que cobrisse todas as áreas de saber da Católica no Porto, soubemos que tínhamos em mão um projeto muito ambicioso... exigente, até, impossível de concretizar para alguns.

Foi possível pela Equipa com que estive e que aqui aproveito para relembrar: o Daniel Fonseca, a Lúcia Catarina Ferreira e o João Paulo Coutinho.

Nesse mesmo ano inaugural, na entrevista com a Senhora Reitora, "Perguntei: 'seria possível o Diurna., num futuro ambicioso, cobrir, de certa forma, os vários campi da Católica, incluindo-os neste projeto'.

'Claro que sim! Claro que sim! Claro que sim! Claro que sim!', contei quatro vezes esta segurança de quem confiava naquilo que queríamos fazer. De quem percebia a nossa visão de enriquecimento da casa que também é nossa e da qual tanto nos orgulhamos."

Quando no último Verão fomos desafiados a concretizar esta expansão, antes mesmo de fazer ideia do como, estava já certo de que iria acontecer.

Porque este é o nosso contributo para com a nossa alma mater. É a manifestação da comunidade académica de uma sempre forte consciência da Católica como um todo. É a nossa permanente interligação com a sociedade civil deixada no papel.

É a nossa - e a de todos os autores - ousadia de escrever.



Nuno Brochado de Agarez
Fundador e Diretor Nacional



OS TEXTOS DOS AUTORES CONVIDADOS
NÃO SÃO SUJEITOS A QUALQUER PROCESSO
DE REVISÃO, POR RESPEITO AO ESTILO
PRÓPRIO DE CADA UM.

D.

A Equipa do Diurna. dedica esta primeira Edição Nacional, aos seus autores,
como nunca deixará de ser.

Especial destaque para a Senhora Reitora, Isabel Capelo Gil, e o Senhor Vice-Reitor, José Manuel Pereira de Almeida, que impulsionaram e acompanharam esta expansão para a Católica em Lisboa.

Finalmente, à Faculdade de Direito da Universidade Católica, em particular o Prof. Doutor José Lobo Moutinho, o Prof. Doutor Manuel Fontaine e a Prof. Doutora Ana Taveira da Fonseca, que deram sustento a mais uma fase deste projeto, investindo nesta ambição.

A todos, e aos nossos leitores, esperemos que desfrutem desta 8ª Edição, a primeira a nível nacional.

D i u r n a .



jornaldiurna.com

D.

EQUIPA EDITORIAL - PORTO

EDITOR IN CHIEF

MARIA LUÍS GASPAR

EDITORS

ANA RITA MAGALHÃES

GUILHERME SANTOS

DIREÇÃO NACIONAL

NUNO BROCHADO DE AGAREZ

LÚCIA CATARINA FERREIRA

DANIELA MAGALHÃES COSTA

EQUIPA EDITORIAL - LISBOA

EDITOR IN CHIEF

CATARINA ANDRADE

EDITORS

BERNARDO TORRES PÊGO

PEDRO ALMEIDA E BRITO

MARIA PIA SILVA